

Então foi aí que nós criamos o movimento quilombola aqui em Itapecuru-Mirim, nós começamos a fazer vista nessas comunidades tudinho que tinham conflito com o INCRA, nós começamos a organizar as nossas comunidades. Depois a gente criou a ACONERUQ, União das Comunidades Negras Quilombolas do estado do Maranhão, onde eu fui o primeiro diretor, o Ivo foi o presidente. O movimento começou a se desenvolver em nível de estado e aqui em Itapecuru-Mirim, a gente tinha um grupo de liderança pesada. As lideranças eram Libânio e Benedito, da Santa Rosa, Maurino, lá do Oiteiro dos Nogueiras, Tinoco, de Santa Maria dos Pinheiros, João Batista, de Santa Maria, Davi, da Comunidade Olho D'água, nós aqui, e ainda 6 presidentas de associações, mulheres que eram as maiores guerreiras dessa questão da terra. Na Felipa, tinha dona Nielza, nós tínhamos um grupo aqui muito grande, o Movimento Quilombola de Itapecuru-Mirim era pesado (setembro/2017).

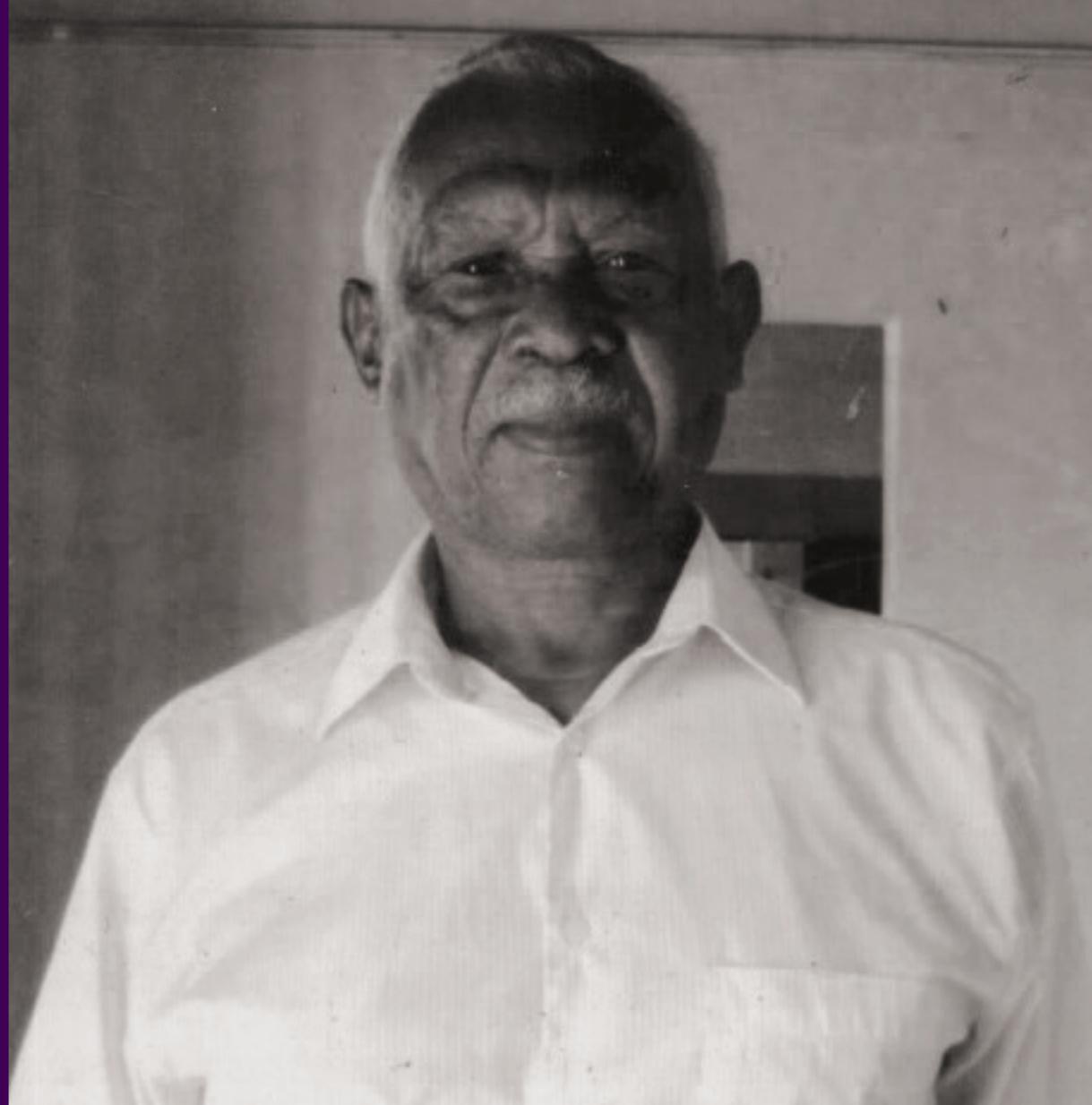


UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PNCESA
Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

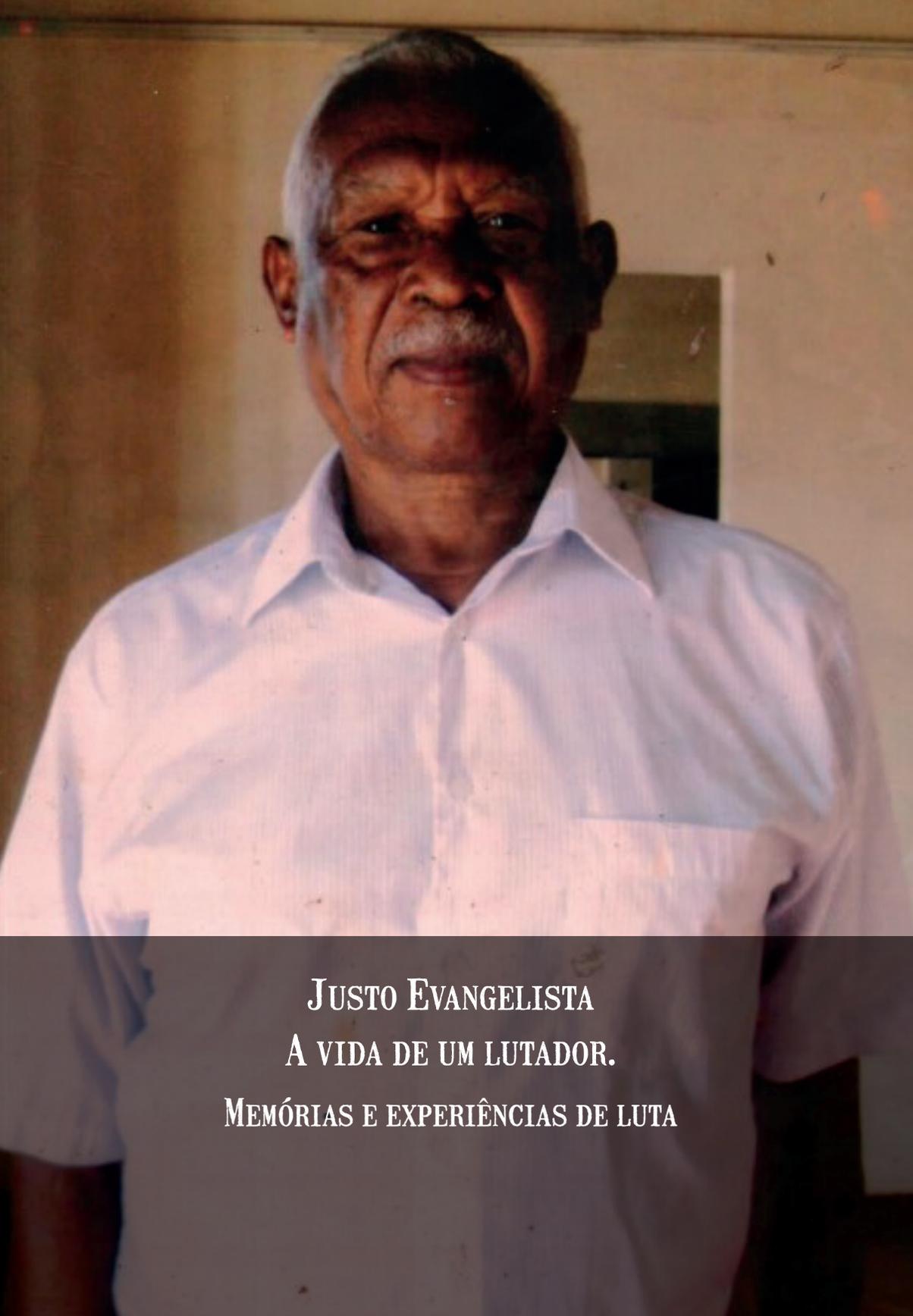
A VIDA DE UM LUTADOR. MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTA

JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO



JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO
A VIDA DE UM LUTADOR.

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTA



JUSTO EVANGELISTA
A VIDA DE UM LUTADOR.
MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTA

©PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2020

Diretor da coleção

Alfredo Wagner Berno de Almeida-
UEA/UEMA/pesquisador CNPq

Editor

Emmanuel de Almeida Farias Júnior
(Universidade Estadual do Maranhão-
UEMA)

Organização

Cíndia Brustolin
Joercio Pires

Entrevistas e conversas

Dayanne do Santos (Doutoranda em Sociologia - UFRGS),
Emmanuel de Almeida Farias Junior (UEMA-PNCSA)
Carla Pinheiro (estudante de Graduação em História - UFMA)
Igor Thiago Silva de Sousa (doutorando em Sociologia - UFRGS)
Joércio Pires da Silva (liderança da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Mestre Cartografia Social e Política da Amazônia - UEMA)
Josiclea Pires da Silva (liderança da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, coordenadora do AAQ, Pedagoga)
Sislene Costa (Mestre em Ciências Sociais UFMA, professora)
Yuri Azevedo (Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília/UnB)
Cíndia Brustolin (GEDMMA-UFMA)

Transcrições

Carla Pinheiro
Dayanne Santos

Fotografias

Marcelo Cruz
Fóruns e Redes de Cidadania
Seu Justo e família

Projeto gráfico e diagramação

Philipe Teixeira

Ficha Catalográfica

Evangelista, Justo.

A vida de um lutador. Memórias e experiências de luta / Organizadores:
Cíndia Brustolin, Joercio Pires; Editor: Emmanuel de Almeida Farias Júnior.
– São Luís: EDUEMA, 2021.

97 p.: il. col. (Narrativas Quilombolas)

ISBN:

1. Quilombola. 2. História de vida. 3. Narrativas. 4. Luta. 5. Projeto Nova
Cartografia Social da Amazônia. I. Título.

CDU: 316.35:39



COLEÇÃO NARRATIVAS QUILOMBOLAS PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil
Dina Picotti - Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina
Henri Acserald - IPPUR -UFRJ, Brasil
Charles Hale - Department of Anthropology - UC Santa Barbara, Estados Unidos
João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil
Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil
José Sérgio Leite Lopes - PPGA-MNU/UFRJ, Brasil
Aurélio Vianna - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Brasil
Sérgio Costa - LAI FU, Berlim, Alemanha
Alfredo Wagner Berno de Almeida - UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro - Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados - Universidad de Santiago de Chile
Claudia Patricia Puerta Silva - Professora Associada - Departamento de Antropologia - Facultad de Ciencias Sociales y Humanas - Universidad de Antioquia
Zulay Poggi - Professora do Centro de Estudios de Desarrollo - CENDES-Universidad Central de Venezuela
Maria Backhouse - Professora de Sociologia - Institut für Soziologie - FriedrichSchiller-Universitätjena
Jesús Alfonso Flórez López - Universidad Autónoma de Occidente de Cali - Colombia
Roberto Malighetti - Professor de Antropologia Cultural - Departamentode Ciências Humanas e Educação "R. Massa" - Università degli Studi de Milano-Bicocca

LABORATÓRIO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: PROCESSOS DE TERRITORIZAÇÃO, IDENTIDADES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS-CNPQ-UEA

Rua Leonardo Malcher, 1728 - Ed. Prof. Samuel Benchimol - 6º Andar - Centro - Manaus-Amazonas - CEP: 69.010-170

E-mails: pncsa.ufam@yahoo.com.br; pncaa.uea@gmail.com

www.novacartografiasocial.com

SIGLAS

AAQ - Coletivo Agentes Agroflorestais Quilombolas (AAQ)
ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ACR - Ação Católica Rural
ACR - Animação de Cristãos no Meio Rural
CCN - Centro de Cultura Negra
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
GEDMMA - Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
IACOREQ - Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA- Maranhão
PA - Projeto de Assentamento
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PI - Piauí
PL - PL
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PVN - Projeto Vida de Negro
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB - Universidade de Brasília
UNIQUITA - União das associações de comunidades negras rurais quilombolas do município de Itapecuru Mirim



Casa no Quilombo do Tingidor. Fonte: arquivo da família.



Conhecendo as salas de aulas do IFMA. Fonte: arquivo da família.

SUMÁRIO

Prólogo das coleções: “narrativas quilombolas” e “luta e resistencia quilombolas” 9
Alfredo Wagner Berno de Almeida

Apresentação: “são lutas de ontem, de hoje também!”: Seu justo, um lutador 15
Cíndia Brustolin

Começo de conversa 19

Parte 1 25

Uma nova maneira de ser igreja: a igreja movimento 25

O início nas CEBs 25

Ver, julgar e agir: ACR, o “movimento” da igreja 27

Visita a Alcântara 35

Alcoa e Carajás 35

A CPT 38

O Projeto vida de negro e o movimento quilombola 39

O despertar 39

O engajamento 40

Parte 2 45

Momentos da luta: experiências para a resistência 45

Um lutador, no “tempo maior da grilagem” 45

As ameaças 46

O ato público na casa de seu Justo 46

Violências, ameaças de morte e tentativas 47

O desgosto com a luta, o assassinato de Cipriano 52

A violência no campo, morte de lavradores e mobilização 54

Mesa no dia da Consciência Negra e a fala de autoridades: mais um desgosto 56

A luta em Santa Rosa dos Pretos 57

A participação no evento em Arari em 2019 61

A bainha e a faca 65

A luta em Santa Maria dos Pinheiros 68

Parte 3 81

Um Sindicato autêntico	81
Sindicato, ameaças e desapropriações	81
A desapropriação de terras em tingidor	83
A entrada no Sindicato	83
Parte 4	85
“Meu gabinete passou a ser as comunidades”: um vereador negro e lavrador	85
Se candidatar: uma decisão coletiva	85
O gabinete	89
A discriminação	89
Política e dignidade	90
Parte 5	93
Seu Libânio e a luta com seu justo	93
Posfácio: saudação ao sr. Justo	95
Anexo 1 - Cordel homenagem a um amigo	99
Anexo 2 - assentamentos	108
Anexo 3 - Justo Evangelista, doutor popular!	116

PRÓLOGO DAS COLEÇÕES : “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS”

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

As narrativas quilombolas, aqui apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de duas décadas dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de sucessivos trabalhos de campo com técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas Narrativas Quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas atualizando-as consoante as contingências do tempo presente. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade da memória quilombola e suas respectivas transformações no tempo.

1. Antropólogo. Professor do PPGCSPA/UEMA. Pesquisador CNPq.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Miguel Barnet, intitulado *Cimarrón*, uma biografia considerada clássica, de um velho integrante de um quilombo, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnología y Folclore. A repercussão foi tamanha que a edição de 1967, pelo Instituto del Libro, correspondeu a 20.000 exemplares. Barnet narra neste livro suas entrevistas com Esteban Montejo, aos 103 anos, um antigo “escravo fugido”, do engenho de cana Santa Teresa, para as montanhas da província de Las Villas, após ter dado uma pedrada no senhor de engenho. Barnet sublinha que Esteban se tornou um cimarrón a partir desta fuga. Esta vertente, que conjuga resistência e fuga, conheceu diferentes expressões no Brasil, inclusive no Maranhão, no Pará, em Pernambuco, em Alagoas, no Mato Grosso e na Bahia, regiões de referência de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível de ser obtida em outros países. Refiro-me especificamente aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos, que caracterizam os atos punitivos do período colonial. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam suas experimentações, ou seja, como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referência obrigatória a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos próprios domínios pretendidos pelas grandes plantações, sem terem necessariamente se abrigado em áreas remotas. Tais agentes narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações jurídicas da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita, portanto, os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados.

Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos

marcos conceituais das ordenaçõesmanuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoad, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das casas-grande ou das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas”, quais sejam: os de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputiua (MA); de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata, em Penalva (MA); do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito, localizado no município de Alcântara (MA); de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas (AM); do Sr. Aniceto Araújo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande, e de Sr. Marcos Diniz, todos tres de Alcântara (MA); do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó (PA), do Sr. Justo Evangelista, da região cortada pelo rio Itapecuru (MA), e de Dorinete Serejo, de Canelatiua, Alcântara(MA) cujas reivindicações de direitos territoriais

quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada econômica dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores de engenhos” ou dos imóveis rurais dos quais eles se dizem “proprietários”. Este deslocamento evidencia o significado vívido de quilombo nas Narrativas Quilombolas agora apresentadas. Segundo uma relação tácita e contraditória, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre sua identidade e seu próprio destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidencia de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia do uso comum na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas e o seu sepultamento ideal. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no

correspondente ideal de sua certidão de nascimento ou da emergência de seus fatores identitários. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem como força econômica nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari, Penalva e do vale do Itapecuru. O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande” X “senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva dos que eram considerados “escravos”. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram, inclusive, dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão. Um dos filhos deste Barão teria engravidado a escrava Pruquera e ela com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampesinato escravo”, como conceituaria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”, enquanto que em Alcântara os quilombolas mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras, das ruínas das casas-grande e da própria memória histórica.

Constituíram territórios quilombolas que, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados, impelindo-os a enfrentar novos antagonistas que intrusam seus territórios com cercas eletrificadas e rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, bem como pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputiuva, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

Uma outra variante desta segunda vertente concerne a livros de autoria de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e Resistência Quilombolas”.

O convite à leitura dos sete títulos desta coleção “Narrativas Quilombolas” e dos três títulos da coleção “Luta e Resistência Quilombolas” passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.

APRESENTAÇÃO: “SÃO LUTAS DE ONTEM, DE HOJE TAMBÉM!”: SEU JUSTO, UM LUTADOR

Cíndia Brustolin²

Na sala da casa de uma de suas filhas, com o frescor da chuva que escorria pelas ruas quentes do centro de Itapecuru Mirim, no Maranhão, e uma meia luz que atravessava as frestas da janela entreaberta e nos acolhia e aproximava, alinhavávamos mais alguns fios de insurgência e liberdade na colcha de retalhos da história. Nós, escuta e anotação, ele, lutas e reflexão. A voz que percorria nossos sentidos e deveria ganhar o “mundo dos papéis” ecoava de longe, muito longe, criando imagens da organização política vivida e deixando mais um rastro de rompimento dos silêncios cravados pelo racismo em nosso solo colonial.

“Vocês lavradores não são nada!” ainda ressoava na cabeça de Seu Justo naquela tarde chuvosa, desde a participação em um encontro do Fóruns e Redes, em Arari, no ano anterior, quando um dos convidados ressaltava a situação dos lavradores para nossos governantes no Brasil, e era repetida para nós três ali³: “Vocês não são nada! Não tem nada!!! ... Não somos nada?”

Acontecimentos como este não passam batidos por Seu Justo, exigem reflexão apurada e posicionamento estratégico. E era justamente a fortaleza de seu pensamento contra as armadilhas de desconstituição do ser lavrador, que fecunda o chão e luta pela terra e por valores de dignidade, que contemplávamos. E para nossos sentimentos, Seu Justo cantou ali na sala novamente a música que os lavradores escutaram aquele dia em que souberam mais uma vez que não tinham valor para os que querem dominar a terra, a natureza e escravizar mulheres e homens:

2. Socióloga. Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente-GEDMMA-UFMA.

3. Cíndia Brustolin, Josiclea Pires (liderança do quilombo Santa Rosa dos Pretos), e Carla Pinheiro, estudante de história da UFMA e pesquisadora do GEDMMA-UFMA.

Quem disse que não somos nada,
que não temos nada para oferecer,
Repare nossas mãos abertas,
trazendo as ofertas do nosso viver,
repare nossas mãos abertas,
trazendo as ofertas do nosso viver,

Formado com os mestres e mestras, na roça, nos cantos, nas palavras e nas lutas, Seu Justo emociona e dá sentido à vida coletiva e fraterna que vive, nutrindo a esperança de um mundo mais justo, em que ganhos só podem ser medidos em passos conjuntos, contra a escalada individualista das hierarquias que nos devoram. No tempo maior da grilagem, em que se fazia luta de chinelo e se andava a pé pelas veredas que cortavam as fazendas, abrindo dezenas de porteiros para chegar nas casas dos lavradores, seu Justo se fez lutador e assim permaneceu a vida inteira, “um lavrador de terras, ideias e ideais”⁴. Orgulho que carrega no peito e no coração, sua fé e dignidade não cederam aos brilhos e os riscos o encorajaram mais. Das certezas, uma é de que está vivo e viveu! Pois, no caminho que trilhou, muitos tombaram!

A potência da voz e a força e delicadeza de sua presença que captou nossa atenção desde a primeira conversa que tivemos em 2017 até o início de 2020⁵ ressoou na vida dos lavradores, na organização dos seus, somou força na desapropriação de fazendas e na afirmação da dignidade de homens e mulheres do campo, de comunidades negras, de lavradores. Na primeira conversa que trilhamos, em setembro de 2017, percebemos que nos encontrávamos com uma forte história de organização camponesa. Seu Justo já nos falava naquele momento de uma vontade muito grande de escrever sua história.

4. Ouvei a expressão “lavrador de ideias” na live promovida pelo IACOREQ-RS, quando José Carlos Gomes dos Anjos se referia a Nego Bispo, liderança quilombola do PI.

5. Estiveram presentes nas entrevistas e/ou nas visitas em diferentes momentos: Dayanne do Santos (Doutoranda em Sociologia – UFRGS), professor Emmanuel de Almeida Farias Junior (UEMA-PNCSA), estudante Carla Pinheiro (Graduação em História - UFMA), Igor Thiago Silva de Sousa (doutorando em Sociologia – UFRGS), Joércio Pires da Silva (liderança da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Mestre Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA), Josiclea Pires da Silva (liderança da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, coordenadora do AAQ, Pedagoga), Sislene Costa (Mestre em Ciências Sociais UFMA, professora), Yuri Azevedo (Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília/UnB). As transcrições foram realizadas por Carla Pinheiro e Dayanne Santos. As fotos foram cedidas por Marcelo Cruz, pela organização Fóruns e Redes de Cidadania e pela família de Seu Justo. Nos receberam gentilmente na Comunidade de Santa Maria dos Pinheiros, o Sr. Tinoco e família; em Santa Rosa dos Pretos, Sra. Anacleto e família; e na comunidade do Jiquiri, Sr. Vitamar e membros da ACR, a quem agradecemos o acesso ao acervo da ACR e os belos momentos vividos.

“É a minha história... para ficar de exemplo, para ficar de modelo, não só para os meus filhos, mas para os outros negros e trabalhadores rurais...”.

A vontade manifesta de Seu Justo se encontrou com a coleção realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social e Política de Amazônia quase um ano depois se fazendo o livro que encontramos hoje. De lá até aqui, sentamos na sua casa e na casa de sua filha em conversas durante os anos de 2018 e 2019, visitamos as comunidades quilombolas de Santa Maria dos Pinheiros e de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim. Seu Justo queria visitar mais comunidades com quem lutou junto e mais do que falar, nos mostrar a luta. Estivemos também em duas reuniões na comunidade quilombola de Jiquiri, em Santa Rita, onde estão guardados acervos de ACR (Ação Cristã no Meio Rural) e se reúnem periodicamente ainda lavradores e lavradoras da organização. Nas duas ocasiões, Seu Justo revirou os acervos, chorou olhando as fotos, lembrou nomes, folhou e entoou os cantos dos antigos livros guardados, “só canto forte!”. Foi abraçado e reverenciado por companheiras e companheiros de estrada ou por seus filhos e filhas que continuam a se reunir e lutar pela vida digna no campo. Queríamos continuar a andar pelas comunidades, mas Seu Justo precisou se recolher um pouco e cuidar de sua saúde. E logo após, a pandemia do Coronavírus exigiu um recolhimento de todos nós.

A intelectualidade de Seu Justo facilmente ocupa o centro de uma reunião, com a elegância da humildade e da sabedoria daquele que pisa no chão e acredita que construir um mundo mais justo é missão sagrada e dever de cidadania. A fé que expressa está relacionada aos seus antepassados, à luta quilombola e à luta sindical que ajudou a construir, à igreja que vivenciou nos caminhos de terra trilhados a pé em companhia de lavradores, padres e irmãs para chegar a cada povoado rural nos momentos de luta pela terra e pelas políticas para os mais pobres. Afinal viam: “Deus no outro e em cada um” e não dentro das paredes e numa projeção desconectada de suas vivências, e nesse sentido, a reza só poderia ser um coro potente se se colocasse contra as “mazelas” das injustiças do mundo, como lembra, foi o tempo em que os Bispos “excomungaram um governador”.

Sua companheira de luta na ACR desde os anos 1970, Dona

Guilhermina, bem traduziu o comprometimento que os move: “somos contaminados pela vontade de mudar o mundo”, mesmo quando a arena de luta não está mais no palco das ações, mas no cotidiano de uma vida intensamente sentida.

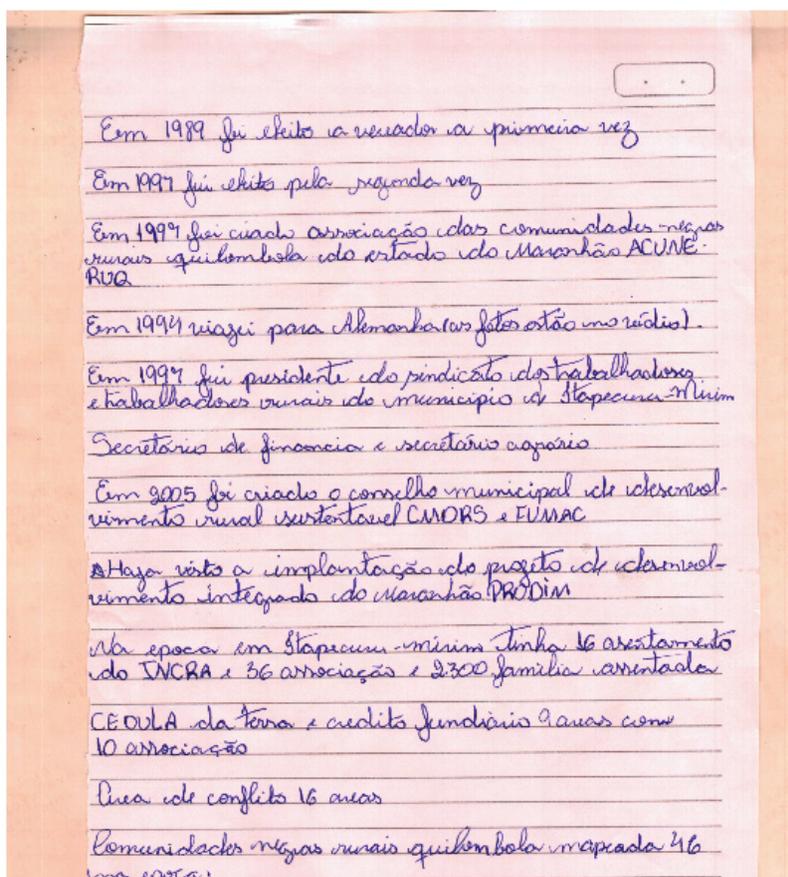
Conheci o Justo na década de 1970, lá no povoado dele, não só ele, o irmão dele, o Júlio também. Uma coisa que me chamava muita atenção no Justo era essa espontaneidade dele na fala, na simplicidade de dizer... e na simplicidade todo mundo entendia. Ele tem a facilidade de atrair as pessoas, de manter as pessoas atentas a fala dele. Quando ele fala, todo mundo silencia. Nas assembleias, no movimento era assim... o Justo vai falar, todo mundo dava atenção ao que ele falava na reunião. Uma pessoa que tem uma capacidade imensa de convencer o outro. Uma pessoa que contribui muito pra história. Em 1989, fez uma visita para Alemanha. E chegou muito empolgado dessa viagem... ouvi muitas histórias dele dessa viagem. Uma pessoa eu tenho muita consideração, muito respeito (Guilhermina, militante histórica da ACR, natural de Lago da Pedra/MA, entrevista concedida em 2020, ao lado de seu esposo, também um importante militante Sr. Raimundo).

No trabalho com Seu Justo, a fala correu solta pela necessidade de marcar no papel as letras de uma história que habita as memórias e os corações daqueles que lutaram, mas que nem sempre se faz presente como deveria na memória coletiva de uma nação marcada pelo racismo. Como diz outra canção de seu repertório, “são lutas de hoje e de ontem também”! Diante dos confrontos necessários à liberdade, a organização como caminho é um importante legado que Seu Justo nos deixa, em dias de tantas incertezas, de ataques sem fim aos direitos de povos e comunidades tradicionais, pois como alerta: “eles estão armados até os dentes”.

Transcrevemos e organizamos entrevistas e falas realizadas nos diferentes momentos de conversas e visitas num texto corrido, indicando apenas as datas, respeitando a autoria de Seu Justo que junto com sua família revisaram três vezes e sugeriram modificações e inserções de anexos e fotos. Deixamos aqui nosso agradecimento por ter tido a possibilidade de conversar, aprender e caminhar um pouco com Seu Justo, Um Lutador, por quem sentimos uma profunda admiração e respeito.

COMEÇO DE CONVERSA...

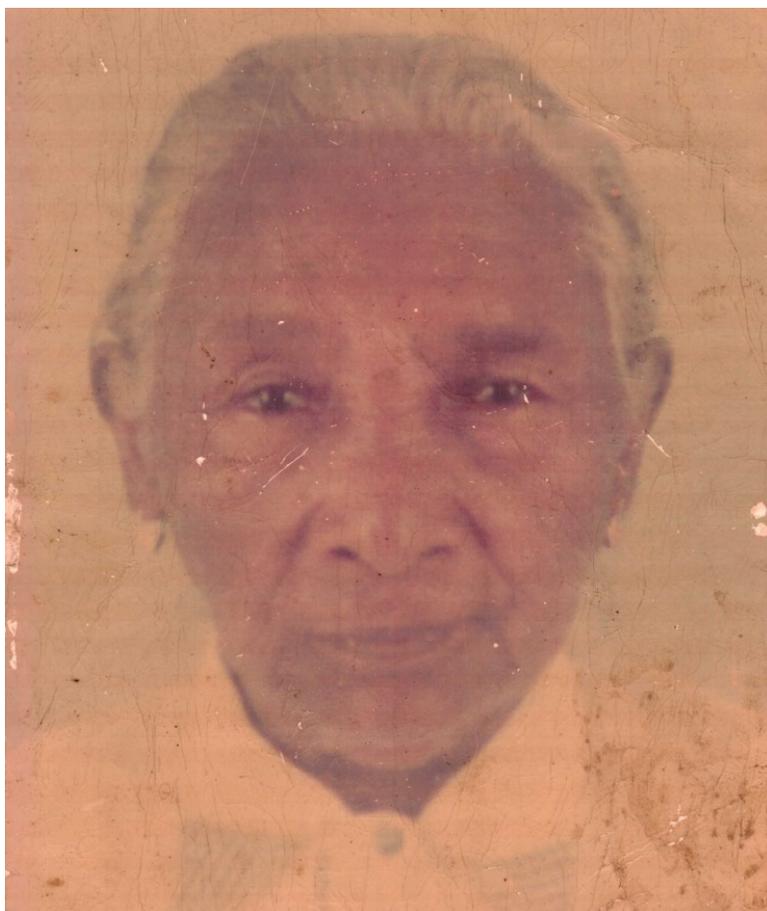
Datas relevantes para Seu Justo



-Seu justo... posso fazer uma pergunta? O que significou a luta na sua vida?

-É o seguinte, eu não trouxe nada. Eu vou voltar sem levar nada, porque não adianta. Só adianta eu viver aqui se for para o serviço dos outros. Só adianta eu ter as coisas, se eu pudesse ver, que os outros tem também. Se os outros não tem as coisas, eu vou ficar sem ter as coisas também. Eu não tenho nada. A luta fez isso em mim, e nessa condição, eu sou feliz.

[...] Entendi também que a pior coisa do mundo é a pessoa querer se achar, por ser e por ter. Essa pessoa não é feliz. Quanto mais você é e mais você tem, você deve ser humilde e igual aos outros. Foi assim que Cristo fez. Tanto é que no meio dos apóstolos, ninguém conhecia ele. Se não tivesse um apóstolo que atraísse ele, ninguém que estava procurando, achava. E por que eu quero ser diferente hoje? Eu aprendi foi isso, foi isso que deixou em mim. É isso que eu tenho e é isso que vou levar (janeiro de 2020).



Antônia Almerita, mãe de Seu Justo. Foto: arquivo de Seu Justo.

Em primeira mão eu quero agradecer a essa pessoa que desenvolveu essa entrevista, que eu sei que vai ser importante. Eu sei que é, e agradecer ao pai eterno, porque tudo que a gente desenvolveu na vida foi uma inteligência que ele deu pra gente e quero dizer que eu estou feliz nesse momento, não só pelo fato de vocês estarem aqui, mas, uma coisa que eu na minha vida, diante da trajetória que eu passei, eu tinha vontade, e isso está se realizando agora, sei que eu já estou na reta final da minha vida, diante do problema que eu tenho, diante da minha idade, mas o que eu queria e quero está se realizando e vai se realizar, é a minha história... para ficar de exemplo, para ficar de modelo, não só para os meus filhos, mas para os outros negros e trabalhadores rurais.

Eu fico muito grato por esse momento aqui, mesmo com problema de saúde, mas estou muito feliz com isso aqui. Eu nasci no dia 18 de maio de 1935, no povoado por nome Tingidor, 42km aqui da sede do município (Itapecuru-Mirim/MA). Um povoado pequeno, meus pais lavradores e pobres, ontem eu tive falando da condição na qual meus pais me criaram... pobre, pobre, não tinha nem onde botar as comidas, aonde nós se sentasse, meus pais trabalhadores, não sabiam ler, mas nos educou da melhor maneira de como viver no mundo.

Já com a idade de 17 anos, quando eu me casei, foi quando eu passei uma vergonha no meio dos jovens que tinha, um sabia ler ali, outro aqui, um outro aqui que não sabia ler... Ele escreveu no papel e passou por outro, me entregou e eu passei pro outro, e o outro leu e eu sem saber o que era, aí ali quando eu sai tomado de vergonha, falei para uma professora, quebrei coco babaçu para ela me ensinar quatro meses. E essa foi a aula que eu tive e o resto dessas aulas foi os movimentos sociais da igreja que eu apreendi e hoje eu escrevo um pouco e leio também.



Irmãos de Seu Justo, da esquerda para a direita, em pé: José Maria, Antônio, Seu Justo, Valdelice e Dionísio. Sentadas: Laura (falecida), Maria das Mercês, Maria Domingas e Maria das Almas. Foto: arquivo família de Seu Justo.



Filhos e filhas de Seu Justo, da esquerda para a direita: Leonice, Maria José, Rosenilde, Raimundo e Aldeiran. Foto: arquivo família de Seu Justo.



Seu Justo e netos. Foto: arquivo família Seu Justo.



Seu Justo e netos. Foto: arquivo família Seu Justo.

PARTE 1

UMA NOVA MANEIRA DE SER IGREJA: A IGREJA MOVIMENTO

O INÍCIO NAS CEBs

O primeiro movimento da igreja que eu participei chamava-se catequese, era reza e mais reza, oração e mais oração, botava foguete e ia em uma comunidade e depois em outra. Isso foi lá pelos anos de 65 e 66 e esses encontros eram organizados no fim do nosso município, em Santa Rita. Então, da participação na catequese, veio a CEB (Comunidade Eclesial de Base).

As CEBs começaram com o padre Élio Maranhão, de Tutóia, ele era capelão do exército e criou esse movimento das CEBs. Nós fazíamos encontros grandes, mobilizávamos as paróquias, as dioceses nesse movimento e as paróquias se preocuparam também dos movimentos entrarem para as comunidades, para os povoados, ia a pessoa da paróquia pra lá e rezava e cantava e a gente começou a se ingressar. Eu lembro até do primeiro encontro das CEBs que nós fizemos em São Luís, um encontro realizado em uma igreja no Tirirical, eles mesmos, os padres, inventaram um canto:

Comunidade Eclesial de Base é a igreja
de Deus aqui, ali nosso senhor Jesus, já
chegou nos tempos novos, a igreja já
chegou, é a comunhão dos homens, as
irmandades pelo amor, Comunidade
Eclesial de Base é a igreja de Deus aqui,
ali nosso senhor Jesus.

E isso estrondava nos encontros e nos motivava, quer dizer, a Comunidade Eclesial de Base é a Igreja de Deus, não era uma nova igreja, mas uma nova maneira de ser igreja.

Agora o difícil disso é porque dentro da nossa própria igreja, mesmo na época, se viu o seguinte, 3 igrejas na mesma igreja Católica: a igreja conservadora, que é a igreja que celebrava e fazia casamento na fazenda; a igreja moderada, que é aquela que dizia que nós devemos entrar na luta e fazer a luta; e a igreja progressista, a igreja progressista é aquela que diz que a gente deve se organizar no sindicato, deve se organizar na associação, deve se organizar nas políticas, porque se você que tem consciência das coisas, conhece os problemas dos trabalhadores e não ocupa espaço no poder público, aquele que não tem compromisso com a gente, ocupa. Então a igreja, tanto as sedes como as Comunidades Eclesial de Base faziam um trabalho de conscientização pra que a gente conscientizasse o trabalhador do seu valor e da importância de ser gente, de ser pobre e de ser negro. A igreja que tinha o trabalho de conscientização, então as dioceses e as paróquias assumiram e nesse momento tão difícil da ditadura, a igreja tomou pé. Aqui no Maranhão, ela tomou pé, ela tomou pé, porque os bispos, nós só tínhamos um bispo ruim, que não quis entrar, posso dizer o nome dele, é o bispo de Viana, chamava-se Dom Adalberto, ele expulsava os seminaristas da diocese dele que entravam nos movimentos da igreja, desses movimentos; mas tinha Dom Pascasso, era de Bacabal, Dom Rino, de Balsas e tinha o Bispo de Pinheiro, me esqueci o nome dele, o Bispo de Brejo, o Bispo de Caxias. Eles se reuniam com os padres e com as lideranças e nós tínhamos também muitos padres macho nessa época, tínhamos dois padres em Coroatá, padre Gabriel e padre Laurêncio, depois chegou o Bispo Dom Reinaldo, nós tínhamos o padre Lula, o padre Miguel, o padre Godofredo, tinha um padre de São Mateus, madre Cláudia e tinha a irmã Dorothy. A irmã Dorothy levava semana junto com meus filhos aqui no interior andando a pé nas comunidades fazendo esse trabalho de evangelização e fazendo encontro, essa irmã Dorothy que mataram lá em Anapú, no Pará, a irmã Dorothy, a irmã Júlia, tinha em São Luís, a irmã Bárbara, que era também integrada nesse movimento da igreja.

Agora, depois de 84 pra cá, a igreja deu uma ré, mornou, a igreja não teve mais assim não. Mas as igrejas [naquela época] organizaram as dioceses, tinham advogados nas causas com a gente, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), na arquidiocese de São Luís, com Dom Mota, ela chegou a ter até 5 advogados, porque a coisa não era fácil, gente... a coisa era difícil, chegou até cinco advogados, a diocese de Bacabal, com Dom Pascasso tinha um advogado. Oh! Advogado macho, Sandro Macedo, nós tivemos encontros estaduais, que chegou a ter 120 policiais pra acabar com o encontro e ele disse pra nós não se levantar, e ele enfrentava esses policiais sozinho, o advogado Sandro Macedo, e assim as dioceses, as igrejas se organizavam.

Então o movimento das CEBs começou pelo padre Élio Maranhão, mas ele era justamente de Tutoia, e ele começou os movimentos e as paróquias e dioceses abraçaram, era um movimento de conscientização, eu sei de muitos cânticos, [...] que era cântico de motivação.

As Comunidades Eclesiais de Base eram mais no trabalho de conscientização, porque a luta da gente, a gente que tem que tomar posição, a igreja como mãe tem que orientar o filho, para que os filhos possam tomar posição. Ela, porque as Comunidades Eclesiais de Bases são um movimento que tem os padres, tem os bispos, os leigos, tem tudo, mas os trabalhos das CEBs nas comunidades era um trabalho de conscientização para que a gente tomasse posição, se organizasse e tomasse a nossa posição, ela como igreja, como instituição, não tomava a frente da luta, ela conscientizava pra que a gente pudesse andar com seus próprios pés.

Foi a época que teve mais movimento, nós tínhamos encontro dentro das comunidades, nós tínhamos encontro regional, tinha encontro estadual e encontros nacionais. E era só refletindo justamente a situação e ela mobilizava, nós fazíamos manifestação, as vezes morria lavradores, a gente ia fazer protesto, dizer o escambau pelas ruas, fazendo grande concentração, motivado pela igreja. As lutas que assumimos não era a igreja entrar na frente, mas a igreja nos conscientizar pra que a gente assumisse nosso próprio destino.

VER, JULGAR E AGIR: ACR, O “MOVIMENTO” DA IGREJA

Era o movimento de igreja que levava a gente a discutir a realidade de vida na época, porque nessa época era uma realidade diferente da que se está vivendo hoje... então não se tinha quase preocupação. Depois do movimento da CEB, Comunidade Eclesial de Base, eu entrei em outro movimento, que esse era um movimento em termos de Nordeste. Esse movimento foi a ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural, ele tinha sede no Recife e aqui no nordeste foi criada uma equipe nacional. Nacional, assim, porque era dos nove estados, nos estados do Nordeste, e nós nos reuníamos no Recife e todo mês nós nos reuníamos ali em Olinda.

Bom ... esse movimento da ACR fazia um trabalho de conscientização e ele tinha um método de ver, julgar e agir na luz do evangelho. Ai vem a situação dos trabalhadores rurais expulsos da terra, sendo expulsos da terra e aonde foram tombados muitos lavradores e religiosos. Muita gente foi tombada.

A ACR (Animação dos Cristãos do Meio Rural) trabalhava com as mulheres quebradeiras de coco e da zona canavieira do sertão de Pernambuco e trabalhava também com os lavradores, ai nós tínhamos cânticos pesados (setembro de 2017).

Eu sou roceiro

Eu sou roceiro vivo de cavar o chão,
as minhas mãos são calejadas meu Senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão,
não sei aonde é o Brasil do Lavrador.

Só tenho enxada e o título de eleitor,
para votar em seu filano educado,
que nada faz pelo pobre agricultor,
que não tem terra pra fazer o seu roçado.

Eu sou comprado por cem gramas de sorriso
mas, sou cismado com um grão de traição,
já vou fugindo de quem tem o rosto liso,
há que o meu é cheio de grutilhão

Esse país é do tamanho e um continente,
mas não tem terra para o homem da mão grossa,
de norte a sul, do nascente ao poente
vivo à procura de um lugar pra fazer roça

Esse movimento foi criado por um Padre da França, e quando eu falo do nosso trabalho que era na base de ver, julgar e agir sob a luz do Evangelho, por exemplo, quando era tombado um lavrador, o primeiro ponto era VER a situação, quem estava envolvido nisso, os pistoleiros, os jagunços, o proprietário? Assim, primeiro se viam as pessoas que estavam

envolvidas, e porque que aconteceu isso? Será que foi por conta da resistência de não querer sair da terra? Daqui onde ele tira o seu sustento? E o fazendeiro, para grilar a terra, vê a terra como desocupada e acha que pode ficar ali? Esse era o primeiro ponto que se discutia, que era do ver, aí se ia para o Evangelho, Deus não gosta que se massacre os pobres.

O segundo ponto era o JULGAR, assim, será que Deus gosta que aconteça o massacre com os pobres? Se sim, como? Se não gosta, porque? Ai a gente ia à Bíblia também, a gente tinha que pegar o texto e ia para o agir.

AGIR diante do que vimos e ouvimos, o que vamos fazer agora, se organizar nos Sindicatos Rurais para a defesa da categoria, se a gente ia se engajar nos movimentos sociais, que defendem as nossas causas e assim sempre eram os pontos

- VER, JULGAR E AGIR -

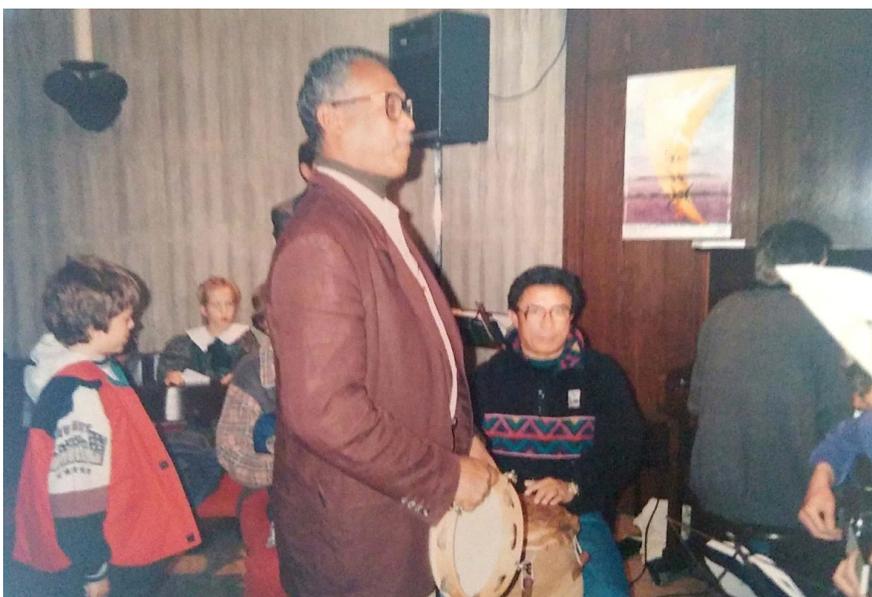
era a meta do movimento da ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural.



Seu Justo com padre Godofredo e outros padres da Alemanha, em viagem à Alemanha.
Foto: arquivo Seu Justo.



Seu Justo durante viagem à Alemanha. Foto: arquivo Seu Justo.



Seu Justo durante viagem à Alemanha. Foto: arquivo Seu Justo.

Aqui no Maranhão a gente se reunia em São Luís, aqui em Itapecuru era quase o eixo, nós nos reuníamos no município de Santa Rita e em Bacabal, que era um mini centro, porque a central era em Recife, mas em Bacabal, a gente tinha um centro no Seminário Santo Antônio. Nesse seminário, tinha um lugar aonde nós nos reuníamos, porque nós fazíamos encontro nas comunidades, nas cidades, a gente chamava de encontro regional, vamos dizer por exemplo... do município de Itapecuru e fazíamos encontros estaduais e nacionais.

Os encontros nacionais a gente podia realizar em São Luís, mas [aconteciam] mais eram em Bacabal porque nós tínhamos os frades que apoiavam e um bispo, o Dom Pascoal, que era um bispo muito bom que nos apoiava.

Depois... como o problema de terra na época era muito forte, a questão era aquela revolução que você não podia se reunir, nós tivemos em Bacabal várias vezes reunidos quando chegavam eram de 100 policiais. No Lago da Pedra e no Lago do Junco morreu lavrador - depois de São Luís Gonzaga, em Vitorino Freire, no Igarapé Grande, então nesse tempo morreu muita gente, e o importante era que as pessoas que estavam nessas áreas de tiro eram convidadas para os encontros, e eu me engajei nesse movimento (setembro de 2017).

Em Olinda, a antiga capital do Recife, nós nos reunimos por 3 anos para estruturar o movimento, ele criou uma equipe que se chamava equipe central, para essa equipe central era tirado um militante de cada Estado para fazer parte daquela equipe central, para fazer a coordenação entre os estados. Também foi criada uma equipe dentro do próprio Estado, a equipe Estadual da ACR, e os municípios tinham lideranças nas comunidades, então tinham dirigentes, as comunidades faziam parte da ACR, tinha uma equipe estadual do movimento e tinha a equipe regional. Essa regional nós nos reuníamos em Recife, em Olinda, e lá foi que me despertou para o movimento negro, porque lá tem o Pelourinho, lá em Recife, e um menino nos contou que os negros chegavam da África trazidos num navio e ficavam dentro de um grande casarão na beira da praia, de lá eram trazidos e botados nesse Pelourinho que tinha uma vaga desse tamanho, que cada negro botava o rosto nessa janela e era feito assim para ser comprado para as fazendas: 'eu quero esse daí!'

E quando a gente chegava em Olinda lá tinha um garoto que recebia as moedas pra contar histórias, pra contar a história dos negros, foi ali que começou a me despertar para o movimento negro, contando as histórias das rotas de escravos, que eles viam os navios saírem as vezes da África, porque eu também pensava que a África era só um país, que na verdade a África é um continente e contém vários países, com vários idiomas de fala e aqueles negros eram vendidos, ai me despertou, quando começou contar essas histórias que os negros saíam 500 no navio e as vezes chegava 150, o resto se matava, se jogava na água, ali foi que eu comecei a sentir na pele, como estava vendo aquelas histórias.

Então a estrutura do movimento lá era a secretaria nacional, que chama secretaria geral, aonde a gente se reunia pra fazer os planejamentos junto com a equipe central, que era um membro de cada estado e também podia ir também membros das equipes estadual, de cada equipe, o movimento era estruturado desse jeito, a estrutura dela era assim.

A pessoa que criou esse movimento chamava-se padre José Serva, ele era francês, falava enrolado, e nos estados também tinha padre que aderiu ao movimento, não era tanto, porque as CEBs congregaram as dioceses e as paróquias e a ACR foram algumas paróquias que aderiram, outras não, mas nos encontros faziam parte.

A subsecretaria da ACR em Bacabal, não era no seminário de Santo Antônio, porque lá no seminário Santo Antônio era onde nós nos hospedávamos, tinham os grandes encontros. Tinha uma casa com a subsecretaria geral de Recife, em Bacabal, que era pra atender justamente o estado. Esses materiais, boletins, com todos os livros de campo, estão no Jiquiri, uma casa no Jiquiri, tem documento riquíssimo, porque o jornal que era feito pela ACR chamava boletins “Grito no Nordeste”, tem artigo com as situações que eram refletidas nas comunidades e os livros de canto...

... era só livro de canto pesado.



GRITO
NO NORDESTE

ANO XI
Nº 41
Janeiro e
Março
1977

Sei que nós tínhamos um canto que cantava era no pé dessa revolução desgranhada e a gente era acompanhado, nós íamos pra Recife e tinha uma polícia aqui no Maranhão, que chamava DOPS, ele acompanhava a gente de um Estado ao outro, sabendo tudo, gravando tudo e você não percebia, com mês e tanto, você era chamado pela polícia que dizia: ‘oh! te acompanhei tal dia, tu em tal lugar, conversou com fulano de tal, tu saltou, tomou um café”. Quer dizer, era o DOPS, eles acompanhavam e os cânticos eu falei ainda agora que os cânticos da ACR eram cânticos pesados.

sem casa, sem terra, sem ter o que comer,
sem estrada meu irmão, o que haveremos de fazer,
sem casa, sem terra, sem ter o que comer...

Aí nós tivemos uma liderança que cantou esses cânticos e conversou [...]. Ele morava a 6 léguas, comeu e chegou lá: ‘você é o Davi?’ Era o que tinha cantado, essas pessoas que eram os espões da polícia. ‘É, olha, você está intimado pra se achar em São Luís na Polícia Federal’. ‘- Por que?’. Levou, ele morreu e até hoje não soube aonde foi que levaram ele. ‘Rapaz você é um canalha, aquele cântico que você cantou!’, ‘- É cantei mesmo, rapaz... existe isso mesmo de casa, sem terra, sem ter o que comer, sem escola meu irmão o que haveremos de fazer, os nossos pequeninos que vivem maltratados, sem roupa, sem escola, sem remédio, sem calçado, existe isso.’ Davi disse isso e foi interrogado, depois que trouxeram ele pra São Luís foi interrogado, nunca ninguém soube por onde ele teve em São Luís, quer dizer, nós erámos acompanhados, nesse tempo, no tempo da ditadura, no tempo do regime, nós não podíamos se reunir, porque nós erámos tachados como comunistas e nós tivemos que parar com o movimento e depois começar de novo e só em 77, a gente começou a se organizar as escondidas.

Eu cansei de amassar cartas que um companheiro mandava para outro, quando a gente se encontrava em Recife. Assim, quando eu via uma pessoa estranha, logo caçava um jeito de tirar do bolso e colocava na boca e mastigava, até ficar o bolinho e eu jogar pela janela com medo. Nós queimamos todos os materiais que estavam nas comunidades, como boletins e livros de cânticos, porque a qualquer hora a gente poderia ser surpreendido, esse era um mundo, não era o mundo que Deus preparou.

VISITA A ALCÂNTARA

Isso, quando a menina falou aqui de governo, eu pensei em falar em termos de governo não só da atualidade, mas do passado, nós tivemos dois governos péssimos em São Luís, sem contar com o governo que entregou Alcântara para um maior sofrimento.

Em Alcântara, eu passei semanas, lá a base espacial... tiraram as pessoas para jogarem em um lugar com casas, aonde eles deitavam com um pé numa parede e outro pé na outra, eles jogaram as pessoas para lá. Eu estive ali, me hospedei no hotel Pelourinho e depois na casa paroquial, fui com Dutra, eu estive lá.

O choro dessas pessoas veio a me adoecer, porque a gente sofria demais vendo o sofrimento daquelas pessoas e foi esse governo daquela época que fez uma das maiores misérias no Maranhão e foi o outro governo que eu não sei como a minha neta ali, quando eu falei no nome dele, do governo, ela pegou um celular como esse aqui e achou. Isso foi antes do Governo Sarney, no tempo pior e ela pegou aquilo ali e no celular, ela mostrou a cara dele, com um terno de governo. Naquela época, em defesa dos pobres, os bispos excomungaram. Ele já morreu, hoje tem um filho senador e tá ai, mas a igreja excomungou ele, porque foi o tempo que morreu muito lavrador, no tempo desse governo.

ALCOA E CARAJÁS

Esse negro foi... quando a ALCOA estava despejando o pessoal para montar na beira da praia. Eu estava, mais o padre João Maria, e as famílias estavam chorando, as casas que eram para serem deixadas, eles marcavam primeiro com uma cor de vermelho encarnado e as pessoas diziam para o padre João Maria: ‘o que a ALCOA está fazendo, arrancando os nossos bofes, arrancando os nossos fígados e soltando para a gente morrer longe, porque nós vamos deixar aqui os plantios de coco, de laranja, a nossa praia da onde a gente pesca sem saber para onde nós vamos’. Tudo isso foi para implantar a ALCOA naquela época e eu estava com o padre, porque eu estava com meu filho doente e nós passamos quatro meses em São Luís e aproveitamos para andar com o Padre João Maria.

A ALCOA era para ser implantada na casa dos infernos, não aqui no Maranhão, não aqui no Brasil. Nós repudiamos muito tudo isso, mas não teve jeito, e está aí. O que está acontecendo em Alcântara? Vai ser mais uma vez, pelo o que eu estou vendo vão sofrer, pelo o que estou vendo pelos meios de comunicação, a situação vai ser pior. Agora, nós também não temos medo deles, porque nós paralisamos o trem de Carajás durante cinco dias, homens, mulheres, crianças. Daí eles entraram contra nós na justiça, mas nós estávamos com dois advogados machos, e meu filho era vereador nesse tempo e nós enfrentamos. A juíza deu a liminar para a VALE nos tirar de cima dos trilhos, porque nós estávamos lá, foi essa juíza que está aqui com o pé sobre um processo que a gente tem para ela despachar e ela não despacha, porque eu disse uma série de coisas para ela. Os advogados pegaram a liminar lá, e disseram, ‘aqui a gente não vai fazer isso’. Eles disseram: ‘vem aqui doutora, a senhora é juíza estadual ou federal?’ Ela disse: ‘estadual’. ‘Então não lhe compete, porque a senhora sabe da história de Carajás? E ela é estadual ou federal?’ Ela disse: ‘federal’. – ‘Pois então, quem devia fazer esse pedido para nós é um juiz federal e não a senhora.’ E assim, nós ficamos acampados durante cinco dias, mas nós tornemos aporrinhar eles. E se vocês vêm aqui dentro do município de Itapecuru-Mirim, aqui morreu muita gente atropelado pelo trem, porque a velocidade dele é enorme, mas hoje tem aquela travessia, que eles gastaram milhões para construir, aquele viaduto, gastaram milhões e milhões.

Esses viadutos foram luta nossa também, mas não adianta, porque quando esses trens passam levando as nossas riquezas aqui do Brasil, aqui do Maranhão, os carros vão gritando, como quem vai dizendo adeus as riquezas de vocês aqui do Maranhão, adeus, eles vão gritando como quem está se despedindo, isso é doído, porque nós não temos voz ativa, os quilombolas perderam metros e metros beirando as margens dos Carajás.

Então, assim, quando ela me falou de governo, eu pensava que ela ia perguntar, porque nesse tempo nós sofremos com os governos e de lá pra cá eles veem aproveitando de uma situação (janeiro de 2019).



Seu Justo na Estrada de Ferro Cajarás, na paralisação realizada pelos quilombolas em 2014. Na mesa, representantes do governo. Foto: Marcelo Cruz.



Seu Justo na Estrada de Ferro Cajarás, na paralisação realizada pelos quilombolas, em 2014. Na mesa, representantes do governo. Foto: Marcelo Cruz.



Seu Justo com Padre João Maria, 2020. Foto: arquivo Seu Justo.

A CPT

Daí veio a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que tinha a sede lá em São Luís, o bispo na época era Dom Mota e essa CPT tinha 5 advogados... Tinha um que chamava Pedro, a outra era Regina, tinha um outro Pedro que trabalhava na Cáritas, funcionava também na diocese, e eu me engajei, eu estava nascendo dentro do movimento, mas me engajei dentro da CPT em termos de estado e depois mais na CPT diocesana, porque chegou um bispo que apoiava o nosso trabalho. Nessa época, dos bispos do Maranhão, só teve um que não aceitava o nosso movimento social, que era o bispo de Viana, nem das CEBs e nem das ACRs, mas os outros bispos - Dom Rino, Dom Pascoal, de Bacabal, Dom Mota, de São Luís, o bispo de Pinheiro, de Brejo, esses nos apoiaram. Aí nos ingressamos nessa luta da ACR e na CPT, era um movimento forte e nesse trabalho de conscientização eles conscientizavam os militantes para se envolver na direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, porque era uma ferramenta de defesa, se tornar um sindicato autêntico, formavam militante para entrar na política partidária, porque se a gente não ocupasse o espaço

na política partidária com alguém que tinha compromisso, quem não tinha compromisso assumia, como é o caso que está acontecendo aqui.

Nesse tempo, nós evoluímos muito e nós elegemos como deputado estadual: Conceição Andrade, Juarez Medeiros Costa, um outro Costa, que era juiz, Zé Carlos Sabóia. Nós tínhamos essa turma comprometida. O movimento pegou fogo e chegou ao ponto de que os bispos se reuniram em São Luís e excomungaram o governador da época, que era aquele de Balsas, essa foi a época em que morreram muitos lavradores.

Nessa época nós tínhamos frei Godofredo, o Gabriel, em Coroatá, tinha o Laurence, em Coroatá, tinha o Padre Jorge Melo, que é irmão dessa prefeita ou deputada federal do Lago da Pedra, nós tínhamos o padre Jacinto, de Pedreira, Padre João Maria, esse um dos nossos grandes heróis, tinha o padre de São Mateus e assim nós tínhamos vários padres, nós tínhamos padres brasileiros e outros que não eram daqui do Brasil... Tinha padre da França, da Itália e de outros países que estavam aqui e, de irmã freira, nós tínhamos a Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, que morreu, tinha também a irmã Bárbara, essa no seminário Santo Antônio, nós passávamos era de semana nos encontros lá. Essas freiras davam a vida pela gente, essas criaturas que Deus as tenha, o padre Miguel de Pirapemas... (setembro de 2017).

O PROJETO VIDA DE NEGRO E O MOVIMENTO QUILOMBOLA O DESPERTAR

Não me despertou logo... mas foi aonde eu vi um local por nome Pelourinho, que era aonde os negros quando vinham da África ficavam para ser leiloados, mas mesmo assim, eu vendo assim... aquilo ali não me despertou ainda o movimento dos negros. Depois a gente foi para uma casa grande, na beira da praia que era onde os negros quando saltavam dos navios ficavam, para depois ir para o Pelourinho para serem negociados, mas não despertou essa questão. Um dos encontros que tivemos em Recife tratava da questão do tráfico negreiro, ali começou a me doer, começou a me doer, a maneira como nós fomos conduzidos da África pra cá.

Assim, os negros as vezes chegavam de 100, chegavam de 200, uns morriam lá sufocados, outros caíam lá dentro d'água quando fugiam. E aquilo ali veio me trazer as ideias assim. Tinham uns garotos que contavam as histórias, mas não me pegou ainda bem na carne essa questão da situação do negro.

[...]

E quando foi um dia nós tivemos um encontro grande na diocese de Coroatá, lá no centro São Raimundo e eles pegaram como tema do encontro também Tráfico Negro, era no dia 13 de maio, fizeram uma dramatização. [...] Agora... pegou na minha carne, quanto da maneira que nós viemos e a que nós íamos, usando os próprios negros para açoiar negros, da maneira que nós vínhamos, que eles fizeram a dramatização, aí me revoltou e fez com que eu começasse a me envolver nesse movimento e de certa forma eu já tinha um trabalho de consciência política (setembro de 2017).

O ENGAJAMENTO

Quando eu estava na direção do Sindicato, eu andava sendo ameaçado. Uma vez eu estava no Sindicato, parou um carro, quando eu vi uns cabras saltaram, eu corri assim... porque lá eu ficava era de bermuda, de chinelo, capinando, era fazendo alguma coisa, daí as vezes, tinha vez que chegava gente me via e dizia: 'quem é o presidente do Sindicato?' Eu falava: 'o senhor quer alguma coisa com ele?' Se eu visse que não eram os cabras eu dizia: 'o senhor está é falando com ele senhor'. Até porque lá eu também não tinha gabinete.

Ai chegou Ivan, que já morreu, chegou Aniceto da universidade, chegou o Ivo⁶ e chegou uma turma com outros negros. E eles disseram que eram

6. Nota do Editor: Ivan Rodrigues Costa (in memoriam), Aniceto Cantanhede e Ivo Fonseca, atuaram pelo Projeto Vida de Negro, executado pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN-MA e pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos-SMDDH. Segundo um resumo executivo, o projeto "visava o mapeamento das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, com o levantamento das formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosas e a memória oral do período antes e pós-abolição" (Ivan Rodrigues Costa, documento sem data).

do movimento negro e que eles queriam uma conversa com o presidente, eu sai para falar com eles. Eles falaram ‘nós somos do movimento negro e trabalhamos com o Projeto Vida de Negro’ – daí eles vieram querendo saber se tinha área em conflito aqui, eu disse que tinha, porque era o que mais tinha na época.

Nessa luta, nós agradecemos a um advogado, Benedito Coroba, esse cara, comigo e com uma outra liderança aqui, que já morreu, fizemos muitas coisas na luta pela terra. Esse Coroba, eu me lembro, ele tinha comprado um carro e estava devendo as prestações e ele fez um concurso na Vale do Rio Doce. No meio de vários advogados, ele passou em primeiro lugar – eu e o Libânio, nós estávamos no movimento e nós estávamos juntos. A Vale mandou nos chamar, e nós fomos e chegando lá Coroba foi falando tudo assim sobre a luta, daí ele falou que chegou a hora de vocês assumirem, daí eu olhei para Libânio e ele me olhou, Libânio era diretor comigo no sindicato. Nessa reunião, Coroba viu a gente e ele ia e voltava, daí ele voltou e disse: ‘rapaz, embora, eu me lasque eu vou voltar para o Itapecuru-Mirim e vou me engajar naquela luta com vocês’. Porque era um momento muito difícil, e ele voltou, mas um dia nós fomos lá na casa dele, e ele estava chorando e aí nós ficamos assim, e perguntamos: ‘rapaz, o que foi?’ – Ele nos olhou e disse: ‘eu não tenho nem o que compre um pacote de café, rapaz eu casei com a filha alheia pra tá passando fome aqui’. Aí nós olhamos isso, saímos e compramos café e compramos várias coisas para a casa dele e dissemos: ‘Coroba? O que tu tá passando por nós hoje (porque nós também ficamos emocionados), tu vai ser feliz um dia na vida’. E foi certinho, não demorou, ele foi fazer concurso, e hoje ele é promotor famoso e respeitado e nós elegemos ele a deputado.

Então Coroba, Pedrosa⁷, candidatos à governo, estiveram na minha casa, foram advogados de peso aqui, sem nós pagarmos.

Na reunião, nós contamos olha tem as áreas, daí nós falamos da Santa Rosa e das outras áreas aqui, umas seis áreas, ele disse nós vamos trazer o advogado e trouxe o Zé Ducarmo, que trouxe juntamente o Pedrosa, e nós entramos com raça em cima dessas questões, porque eram só grandes fazendas. E Santa Rosa foi a primeira batalha mais pesada, porque foi com o vice Governador, o juiz que era aqui da comarca, que é hoje o desembargador, e um deputado, que era do mesmo grupo, grupo de policiais.

7. Nota do Editor: “Pedrosa” – Luiz Antônio Pedrosa, advogado SMDDH e da FETAEMA.

Então foi aí que nós criamos o movimento quilombola aqui em Itapecuru-Mirim, nós começamos a fazer vista nessas comunidades tudinho que tinham conflito com o INCRA, nós começamos a organizar as nossas comunidades. Depois a gente criou a ACONERUQ, União das Comunidades Negras Quilombolas do estado do Maranhão, onde eu fui o primeiro diretor, o Ivo foi o presidente. O movimento começou a se desenvolver em nível de estado e aqui em Itapecuru-Mirim, a gente tinha um grupo de liderança pesada. As lideranças eram Libânio e Benedito, da Santa Rosa, Maurino, lá do Oiteiro dos Nogueiras, Tinoco, de Santa Maria dos Pinheiros, João Batista, de Santa Maria, Davi, da Comunidade Olho D'água, nós aqui, e ainda 6 presidentas de associações, mulheres que eram as maiores guerreiras dessa questão da terra. Na Felipa, tinha dona Nielza, nós tínhamos um grupo aqui muito grande, o Movimento Quilombola de Itapecuru-Mirim era pesado (setembro/2017).

O Movimento Negro foi crescendo, cresceu. Pelo Movimento Negro, a primeira reunião que nós tivemos em Brasília foi... porque nós fizemos primeiro encontros regionais, no qual se preparava um relatório para a gente se encontrar no encontro estadual, daí a gente pegava os relatórios dos municípios e fazíamos só um e desse um a gente levava para o Encontro Nacional em Brasília. E o primeiro encontro que nós tivemos em Brasília foi aquele com o presidente por nome de Fernando Henrique Cardoso. Nesse tempo, não tinha a Fundação Cultural Palmares e daí nós fomos, levamos seis dias, pegamos os relatórios dos outros estados para formar só um para levar para Fernando Henrique Cardoso. Era um documento que em termos de políticas públicas tinha tudo, porque a política pública era um conjunto de políticas e o que a gente trazia forte ali era a questão da terra. Nós preparamos uma equipe de 7 pessoas de todo esse conjunto de pessoas e entrou lá somente 7 para entregar o documento para ele. Lá nós se hospedamos no estádio Mané Garrincha.

E depois por meio do Movimento Negro, em Brasília, nós estivemos várias outras vezes. Fomos várias vezes no governo de Lula, que foi quando tivemos mais acesso e no governo da Dilma, foi mais do que do Fernando Henrique Cardoso. Tendo em vista que o Itapecuru-Mirim é um município com várias comunidades que a gente já tinha feito certificado, várias comunidades que já tinham trabalhos feitos pelos antropólogos mandados pelo INCRA para fazer o levantamento aqui, rapaz nós somos muitas comunidades a gente precisa se abraçar mais... ai chamamos o Pedrosa, o Bronzo, que nós queríamos ter uma associação das

comunidades negras rurais quilombolas do município de Itapecuru. Saiu o nome, dado por Pedrosa, de UNIQUITA - União das Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim. Então a gente partiu para cima disso e fizemos várias assembleias para escolher quem ia ser o presidente da diretoria e ficou como cabeça de chapa eu, aí nós nos reuníamos. Foi tempo que veio esse governo, que era Dilma que estava na presidência, e eu fiz um ofício e encontrei dificuldades e comecei a me desgostar um pouco. Nessa pauta estavam as áreas em questão, as comunidades que a gente já tem processos abertos, tava a questão também da saúde e a questão de um negro que foi morto (Antônio Cipriano) aqui em Itapecuru-Mirim - foi aí que me desgostou, porque tinham 3 fazendeiros que perderam as fazendas, perderam não... porque foram indenizados muito caro e depois um cara da comunidade, isso que me revolta, foi quem matou Cipriano. Eu denunciei para o secretário de segurança Pública do Maranhão, denunciei para o INCRA, denunciei para a FETAEMA, denunciei para Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), denunciei no Sindicato aqui, que eu não estava mais... (setembro, 2019)



Davi e Seu Justo em Sete Cidades no Piauí. Foto: arquivo Seu Justo.

PARTE 2

MOMENTOS DA LUTA: EXPERIÊNCIAS PARA A RESISTÊNCIA

Aqui a gente foi unido porque nós fomos de uma época... porque a gente aqui não tinha jeito não, e a gente tinha que se organizar de um jeito ou de outro, nós passamos um momento difícil. Eu... quando fui vereador aqui, eu fui preso, quando me levaram para a delegacia e eu disse agora eu não posso ficar preso aqui não, eu fui dizendo o que foi que tinha ocorrido, eles vieram me deixar em casa, e ainda fizeram um documento me pedindo perdão e tudo, por terem me levado preso.

Agora hoje que se está com essa moleza aqui, mas também depois de lá pra cá que desapropriaram várias áreas e abriram processos no INCRA, e que foi desapropriada, aqui tem fazenda que se acabou e pronto, eu acho que é por isso que tem um Sindicato hoje, que não se compromete com nada, porque no nosso tempo, com os advogados que a gente andava, a gente desapropriou foi mais de vinte e cinco mil de hectares de terras, (foi concluído entre INCRA, TERMA e crédito fundiário) fora as que têm processos para serem desapropriadas, mas naquela época a gente entrou com raça, esse grupo mais maduro; agora, esse grupo mais novo, que tão andando bem estão dando moleza, porque nós andávamos era de bermuda e calça rasgada por aí (setembro 2017).

UM LUTADOR, NO “TEMPO MAIOR DA GRILAGEM”

Bom, em 1981, teve no município de Santa Rita, e aqui no município de Itapecuru Mirim, um movimento, não foi movimento não, uma ação pelo Estado, uma ação discriminatória da terra, pra ver quem eram os proprietários, se tinha proprietário ou não, se tinha morador, porque os proprietários gostavam quando se dizia que uma terra não tinha morador, porque era o tempo maior da grilagem. Então, nesse tempo, um bispo falou comigo perguntando se tinha morador nessas áreas no município de Itapecuru Mirim e de Santa Rita, ai eu entrei nessa luta. Em Rosário,

que era comarca que hoje tem Santa Rita, nós fizemos a declaração no cartório, como existia morador dentro, 120 famílias dessa região de Santa Rita. Depois passamos aqui para o Itapecuru Mirim, fazendo a declaração no cartório, que existia família porque os proprietários diziam que não tinha, que era pra eles poderem se apoderar da terra, nós fizemos aqui. Agora nós tínhamos um apoio grande da CPT (Comissão Pastoral da Terra), da arquidiocese de São Luís e também já tinha CPT diocesana da diocese de Coroatá (janeiro de 2019).

AS AMEAÇAS

Quando nós começamos esse serviço que a gente se destacava nele, aí vieram as ameaças, as ameaças em cima de mim. Tive que passar dias escondidos em outras comunidades, houve momento que quando um dos meus filhos, o mais velho, assumindo as minhas tarefas, botando veneno na roça, pra matar praga no arroz, se envenenou, que pra vir aqui pro Itapecuru Mirim... foi o vizinho da comunidade que trouxe e a mulher ficando em casa sozinha. Depois uma pessoa chamou ela e disse aqui: ‘olha o Justo, tá ameaçado pra morrer!’ E contou pra ela por detalhe e ela me chamou e me disse.

Eu tive que sair de casa, deixar os meus filhos com Silveria, nós morávamos no Santo Antônio dos Mendes e eu fugi pra Vargem Grande, de Vargem Grande sai para Coroatá, de Coroatá fui pra Bacabal e passei uma semana lá escondido (janeiro de 2019).

O ATO PÚBLICO NA CASA DE SEU JUSTO

Nesse momento, as comunidades se mobilizaram da região e de outros municípios, tinha de Vitorino Freire, de Bacabal, de Lago do Junco, de São Luís Gonzaga. Vieram e fizeram um ato público lá em casa, dizendo que a família do Justo não eram só os filhos, pai e mãe não, mas as comunidades e os outros municípios da onde a gente fazia parte desse movimento. Com essa mobilização, com esse ato público, que fizeram lá

em casa, eu pude encostar e as comunidades fizeram o seguinte, porque eu não podia reformar minha casa que era de taipa e coberta de palha de babaçu, e as comunidades se reuniram, cobriram a casa. O importante era isso! Os homens estavam trabalhando na cobertura da casa e as mulheres estavam nas bocainas, de onde podiam vir os adversários. Elas avisavam pra gente, um dia eles tiraram a palha e cobriram a casa e reformaram, foi que eu pude justamente encostar em casa.

O proprietário que ameaçava a gente nessa região dessa área aqui, ele era dono do supermercado Confiança, na época, em São Luís, uma grande rede. Esse homem me perseguiu tanto, ele e aquelas pessoas que eram encarregados de vender a terra pra outras pessoas. Aqui em Itapecuru Mirim, tinha um advogado, que essas terras, que é terra de negro, terra quilombola, eles não tinham documento e ele dizia para os pobres: - 'Olha, nós vamos ajeitar e documentar tua terra'. E fazia e tirava só um pedacinho para as comunidades, para os negros, e o resto que sobrava, eles vendiam, justamente para esses fazendeiros. E foi nesse momento que nós aqui sofremos demais, anos 80, por aí. Assim... tava nas grandes forças das ameaças do regime que a gente não sabia o que fazia, se reunia, quando a gente se reunia, era tachado de comunista. A polícia ia lá, como aconteceu em vários lugares, ia pra acabar com nossa reunião, e a gente sofria demais (janeiro de 2019).

VIOLÊNCIAS, AMEAÇAS DE MORTE E TENTATIVAS

A gente fugia de um município para o outro, aí aqui tinha uma casa, que era dos meus cunhados e o plano foi dentro dessa casa. Um sobrinho de Silveria, minha mulher, foi bater lá, que daqui pra lá são quase 7 léguas, e ele chegou e chamou ela e disse no mato: 'olha, eles estão planejando para matar o Justo'. Ele disse os nomes que eu conhecia, só foi lá dizer isso para ela, e ela me chamou e me disse. Esses fatos ocorreram antes das manifestações. Meus filhos nessa época estavam todos pequenos, e ela disse isso para mim, e eu disse: 'É? Então tá certo, rapaz... tá danado'. Fiquei com um cuidado e mudava o lugar de tomar banho, porque no interior a gente toma banho é de igarapé e em poço e eu sempre mudava tanto o lugar como o horário e quando deu um dia era umas seis da manhã, apareceu um dos que ela tinha dito que viriam me matar, ele estava nu da

cintura para cima, mas estava com uma 12 detrás das costas e uma camisa jogada por cima do ombro e daí eu fiquei em pé na porta e peguei uma 20 que eu tinha, não, era uma 36, e eu tinha também uma 38, tauro, porque nesse tempo dessa revolução cada dirigente dessas comunidades, onde nós ia era berrado, e nos encontros para Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco e São Luís Gonzaga era tudo berrado. Daí eu peguei aqui, e ele de longe ficou olhando para o chão e eu disse: ‘pode vir meu amigo! Vem, encoste’. E ele veio de lá pra cá e eu afastei para a outra porta, afastei de costa, eu estava só com o revólver detrás das costas e quando ele chegou na porta eu já estava na outra porta e eu disse entre senhor, mas eu não tinha deixado ele encostar porque eu já tinha visto o que ele tinha, e ele para me furar tinha que chegar perto, e para ele chegar perto, tinha que entrar, porque eu também não podia atirar nele. Rapaz, deu uma vontade de fazer uma besteira com ele, mas eu disse para minha mulher colocar café para ele, lá nós tínhamos leite, bastante porco e tínhamos peixe também que nós pegávamos no igarapé, ela assou peixe, botou leite e o café e eu na porta do quarto, ele comeu peixe assado, tomou leite, café e daí saiu, já era quase 9h, isso ele tinha chegado 6h da manhã. E tinha um sobrinho da minha mulher trabalhando em uma roça, onde estava um dos que tinham planejado, daí ele chegou e disse para o cabra lá: ‘Era 30 mil reis, rapaz, eu não tive coragem, porque a mulher dele me recebeu bem e eu não tive coragem, tu manda outro’. Bom... esse foi o primeiro. Daí lá... nós cuidando das nossas vacas, tinha uma novilha de um sujeito, ele estava morando na Baixada, ele era bicho perdido de garimpo, daí ele soube da história e disse: ‘seu Justo quem é que está lhe perseguindo, que eu quero é saber?’ Eu disse: ‘não rapaz, ninguém’. E eu vinha para o Itapecuru e ele me acompanhou com o 38 dele e eu estava com outro dentro de uma sacolinha de plástico pendurada na mão. Nós saímos dali da praça e fomos eu junto com ele, senhor, quando a gente chegou na casa de um outro fazendeiro, ele me chamou e o garimpeiro passou e eu fiquei só, rapaz eu não sei de onde saiu o cara e me acompanhou, quando ele surgiu aí eu fiquei frio e eu ainda quis voltar no meio da rua com ele e colocar tudo a perder e eu disse não, vamos ver primeiro o que ele tem, mas eu não vou deixar ele encostar comigo, aí eu fui quando chegamos em um comércio e eu sem deixar ele encostar comigo, nessa avenida desse comércio tinha um caminho que ia lá para o Tingidor e quando ele afastou um pouco, eu subi em cima do meio fio e entrei para o comércio e o comércio tinha duas portas. Eu entrei por uma e ele entrou por outra e o que foi que ele fez? Mandou colocar uma cachaça, ele bebeu e mandou

colocar outra que era pra mim beber, então se eu fosse virar para beber ele me furava, daí eu disse: ‘eu não bebo não’. Ele disse: ‘Não, mas o senhor vai beber’. E na avenida ia passando um cabra em um caminhão, de um lado, era mão, do outro, era contra mão, daí ia passando um caminhão e eu conheci o cara, quando ele descuidou daqui, eu pulei dali em cima do meio fio e pulei dentro do caminhão e mandei o cara correr e o cara correu e ele ficou ali. Bom quando o cara soube que eu sabia que ele estava me perseguindo para me matar, ele desistiu porque ele sabia que na minha família também tem homem, meus filhos eram pequenos, mas eu tinha irmãos.

Que quando foi um dia, o outro ia para lá e ele chegou em um comércio e lá tinha um irmão meu, aí meu irmão colocou logo nele: ‘eu sei aonde tu vai, tu vai talhar meu irmão’. Então todos os três foram avisados disso. Aí foi que um daqui disse que eles estão preparando para te pegar de qualquer jeito e foi aí que eu fugi, que eu sai.

Depois nós tivemos que sair, ir embora para o Tingidor, eu não sei que horas foi que nos levaram, nós deixamos tantas coisas... mataram os nossos porcos todos, nós tivemos que tirar o nosso gado e colocar para uma distância que por lá nós perdemos, porque tivemos que mudar, quando chegamos lá na comunidade, foi que os sujeitos nos deram mandioca para nós fazer farinha para nos alimentar. E eu até hoje não sei que horas nos tiraram de lá, nem que horas foi que eu cheguei, eu não sei que horas foi isso, só que já morreram todos e a terra tá lá... a terra tá lá. Eu me deito imaginando como estará ele debaixo da terra, adiantou fazer isso, porque eu fui lá visitar quando estava magrinho, compadre de alma da minha mulher, os que planejaram junto com outros e esse fazendeiro foi um dos que planejou junto... Sai com meus filhos, minhas filhas estudaram, eu fui vereador, meus filhos também foram, as minhas filhas estão formadas, tem uma que é fisioterapeuta, uma professora e outras duas são técnicas de enfermagem e nós estamos aqui, eu tenho casa, meus filhos tem casa, e eles sabem o que aconteceu... Eu disse: ‘meu Deus, se eu estou fazendo alguma coisa irregular em benefício dos pobres que me castigue, mas se eu estou fazendo em benefício dos pobres castigue quem está contra os meus planos de benefícios dos outros.’ Porque entendo que quem não vive para servir nesse mundo, não serve para viver, aquele que não serve àquele mais pobre, esse cabra não viveu, ele passou pela vida, porque só vive aqueles que se dedicam para salvar a situação dos outros.

Outro me humilhou na delegacia de polícia e morava em São Luís, que eu para ir para a casa de meus pais eu tinha que passar pelas fazendas escutando tiros. Quando eles me levaram para a delegacia de polícia e me voltaram para a casa deles em São Luís, entraram pra debaixo da carreta e morreu ele e o filho que era advogado, morreram todos os dois debaixo de uma carreta. Eu não joguei praga não, porque Deus sabia que eles iam me matar, porque eu não ia deixar de ir na casa de meus pais, mas a terra está lá desapropriada é o PA São Benedito. Esse daí correu na frente de polícia se escondendo, a polícia mandou chamar e ele veio aqui na delegacia e vieram 70 lavradores acompanhando ele, e ele foi delegado sindical. Nós estamos na terra hoje, livre e trabalhando e ele é presidente da associação, nós temos casa de alvenaria e rua botada calçamento. Deus é assim e nós somos felizes, porque sempre vivemos assim do que ganhamos, com o que fomos os 3 vereadores, eu e meu dois filhos, vereadores, e nós não deixamos nenhuma conta na poupança, nós dedicamos tudo aqueles que nos botaram lá e foi assim que nós fizemos e nunca se corrompemos, fomos solicitados para se corromper, mas isso não aconteceu em nossas vidas e temos orgulho disso, está aqui, temos casa, temos moto, nós temos mais com a graça de Deus porque foi ele que nos deu isso (janeiro 2019).



Rosenilde dos Reis Conceição (filha) e Silveira dos Reis Conceição (esposa). Foto: arquivo família de Seu Justo.

O DESGOSTO COM A LUTA, O ASSASSINATO DE CIPRIANO

Antônio Cipriano foi da ACONERUQ, foi um cabra muito forte, nós em audiência aqui na questão dessa terra dele lá no fórum nós sofremos, eu fui intimado e ameaçado e se não fosse Pedrosa, a juíza daqui era doutora Orliana, era a juíza, uma promotora e três proprietários que estavam me humilhando e eu tinha convidado Pedrosa para me acompanhar e ele disse que não podia, porque estava ocupado. E eu não quis não ir, e esse Antônio Cipriano não sabia que era o problema da terra dele, mas ele disse: 'Justo, vai! Porque Deus vai te dizer o que tu deve falar', porque eu estava até pensando em fugir e me esconder e ele me disse isso. E eu entrei, quando eu entrei lá era só mulher e eu disse ai meu pai do céu - e lá tinha essa doutora Orliana, que era uma negra muito brava aqui, ela viu que começaram a me ameaçar dizendo que eu tinha vários projetos nas áreas e eu depois da coragem que tive eu fiz várias perguntas para ela, ai eu vi a porta abrir, quando ela abriu, Pedrosa entrou e na hora que eu vi ele, eu criei uma outra alma, ai eu disse para ela o que eu deveria dizer, ai eles persistiam me humilhando, ai o Pedrosa disse: 'Olha eu peço a palavra nessa audiência'. Eles perguntaram 'quem é o senhor?' E ele disse: 'Eu sou advogado dele!'. Aí ele levantou e disse: 'doutora eu vou lhe dizer uma coisa, se a senhora conhecesse esse negro e andasse atrás dele a senhora trataria ele de uma outra maneira, porque ele está aqui é com razão e em defesa não dele, mas em defesa dos outros! E que muitos deveriam fazer isso, e que tem o poder e não fazem'. Ai ela disse: 'olha, a questão está acabada e se retirem todo mundo pra fora', e eu fui lá e representei esse Antônio Cipriano, e ele perdeu a vida em nome desse movimento.

Eu chamei o povo para a gente fazer alguma coisa aqui em nome dele, uma manifestação e ninguém se manifestou, ai eu me desgostei, ai eu me afastei, porque ninguém fez nada, e eu disse: 'o próximo vai ser eu de graça'. E das denúncias que eu fiz... o gabinete da Dilma respondeu que já tinha mandado a relação que já estava lá para o INCRA resolver os problemas das áreas, até que agilizou alguma coisa.

O processo do assassinato de Antônio Cipriano, aquilo ali me diz que está mexendo agora porque quando eu denunciei para a secretaria de segurança pública, ele imediatamente na mesma reunião que nós

estávamos denunciou para ao delegado e mandou prender o cabra, e o delegado disse que ‘eu quero agora as testemunhas’. Depois disso, o que foi que fez a associação, fez uma ata expulsando o cara da associação, dizendo que foi ele que matou, e nem o Sindicato e nem o Movimento foram atrás de provas para prenderem o cabra. Eu só fui entregar a documentação da UNIQUITA, e não entreguei, eles sem experiência de dizer ‘não Justo nós te elegemos foi em assembleia geral, então para você nos entregar os documentos tem que ser em assembleia geral também e também tem que justificar tua saída’. ... Passou um ano, passou mais 3 anos e agora o Elias (filho de Benedito Belfort de Santa Rosa dos Pretos) assumiu, quando ele foi tratar do documento para todo os lados tinha ainda Justo Evangelista presidente da UNIQUITA e Elias já tomando posse. No dia 07 de maio de 2017 foi que eu deixei de ser presidente, e quando foi nessa semana agora (do mês de setembro/2017) eles foram tirar o alvará de funcionamento e ainda tinha documentos dizendo Justo Evangelista da Conceição, presidente da UNIQUITA, e só podia tirar com endereço da minha casa, foi que o Elias veio aqui e eu disse ‘não, toma aqui minha carteira e vai tirar o alvará’, porque não houve um procedimento, mas o meu desgosto foi esse, porque morreu um companheiro e ninguém do Sindicato se manifestou, com uma direção não comprometida que nós estamos na justiça com eles, hoje nós somos trabalhadores rurais aposentados, eu e minha esposa, mas desde 84 que eu venho pagando sindicato e hoje eu autorizei para vir descontado para eu ter voz ativa no Sindicato para que o trabalhador possa ter respeito, hoje são mais de mil aposentados que descontam lá e quem está hoje lá está nadando em cima da vantagem. Não era assim no tempo que eu estava lá mais Libânio e os outros lá.

O cara da Associação... tinha vontade de ser presidente, mas aí não era o Antônio Cipriano que mandava, mas era a assembleia, e nunca escolhia ele, e Antônio veio me avisar que ‘rapaz, fulano de tal quer tirar minha vida e a tua.’ E eu disse... ‘te cuida, porque eu conheço bem ele e se ele vier aqui ele se arrebeta. Agora tu tem cuidado contigo’. E foi certinho... quando ele foi vender o milho, quando veio de lá pra casa e o cara veio no carro dele e bateu na garupa da moto de Antônio e ele caiu e ele passou, mas não machucou o Antônio, quando ele viu, ele deu de ré e passou por cima da cabeça dele, e ele ficou rolando abraçando capim. E eu olhei ele, quando colocaram na sepultura, para os braços ficarem equilibrado,

passaram aquele esparadrapo transparente em volta e eu fiquei olhando aquilo, me acabando... e foi isso que me revoltou. Porque a gente perder um companheiro, um negro lutador... é doído! Esse acontecimento com Antônio Cipriano na comunidade dele.

Eu tô doente, já tava doente, com 7 a 8 anos me tratando de câncer na Aldenora Belo (em São Luís/MA). Em setembro, eu quebrei o tratamento, porque uma condição que eu tinha quando eu fui da prefeitura, quando fui vereador na câmara, tinha um projeto de lei que dava direito ao vereador com 60 anos de idade e com dois anos de mandato se aposentar e com 60% do subsídio dos vereadores e eu conquistei esse dinheiro e não lembrava dele, quando dei conta, já tinha gastado dinheiro, vendido carro para fazer meu tratamento, os exames... tudo caro, e quando eu lembrei desse direito eu entrei na justiça e ganhei. Só que o prefeito que entrou com o outro que estava saindo, deixou de me pagar. Eu já vinha doente há 7 anos atrás e não podia fazer tanta coisa, mas e eu tô assim com essas dores (setembro de 2017).

A VIOLÊNCIA NO CAMPO, MORTE DE LAVRADORES E MOBILIZAÇÃO

A ACR trabalhava com o movimento, ela era o movimento da igreja que trabalhava no campo da conscientização, mas ela não tinha assessoria jurídica, aí já entrava os outros movimentos, as CEBs que tinham grandes advogados e tinha a CPT, que justamente tinha advogados. Agora não aconteceu a morte de um lavrador dentro de uma área pra ela não ser desapropriada. O lavrador podia morrer, mas ela tinha que ser desapropriada... porque nós partíamos todo mundo era pra isso. Nós fazíamos manifestação, fazíamos o escambau e fazíamos o levantamento histórico e encaminhávamos para os órgãos fundiários, e ela ia desapropriada, mesmo o fim deles era matar um lavrador porque nós ia em cima mesmo fazer mobilização (janeiro de 2019).

E no São Mateus, tinha um delegado sindical muito atuante, nesse tempo tava lá o padre Claudio e o padre Maurício. O delegado muito atuante e o pistoleiro pra matar ele inventou sair vendendo fiado nas casas, a casa do delegado sindical era onde ele mais vendia fiado, a estratégia que

ele usou para matar ele, depois ele vinha recebendo e vendendo mais, até que chegou um dia que ele já tinha pesquisado tudo, ele chegou e ele não tava, tava pra roça, o delegado sindical tinha ido pra roça e ele chegou e cadê fulano de tal? Ta pra roça. Pra onde é? E a mulher disse. Só que a estrada por onde ia a moto fazia isso (seu Justo faz gesto), e aqui tinha outra estrada que só ia bicicleta, quando ela disse que o marido dela tava pra roça e ela ensinou aonde era, ela disse: ‘pronto, é pistoleiro, vai matar o meu marido’. E ele rodou de moto e ela roda de bicicleta por aqui, quando ela foi chegando onde ele tava, ele foi atirando, atirou, mas ele baleado atracou nele, atracou no pistoleiro e foram no chão e ela chegou, ela chegou e rancou o facão da cintura do marido dela que tava no chão e fincou nas costas dele. Maria o nome dela. E nós se mobilizamos em termo de estado no dia do julgamento foi em São Mateus, daqui de Itapecuru Mirim esse nego levou 5 cinco carros, não era carros grandes, nós levamos um D-10 e carro pequeno 5, eu levei como advogado esse Coroba. Ela tinha 7 advogados dado pela igreja e pelos movimentos, pela CPT e tudo, e eu levei um daqui, tava lá. Foi 7 a 0, era tanto povo do Estado, dos municípios que foi preciso colocar o telão do lado de fora, e ela foi 7 a 0, ela libertada, Maria.

Quando mataram Zé Machado que fazia a liderança defendendo a mulher que era quebradeira de coco. A fazenda não deixava as mulheres quebrarem coco, e nessas épocas, as mulheres viviam ajudando os maridos era com coco babaçu e os fazendeiros não deixavam. E Zé machado entrou pelas lutas das mulheres e mataram ele, quando foi um dia ele veio chegando dos encontros e os cabra estavam com o carro parado, diz que o carro tinha enguiçado e precisava empurrar, quando ele chegou perto do carro, que foi pra empurrar, não sei o que... um segurou de um lado e outro segurou do outro e outro encheu ele de bala, 5 tiros, e nós se passamos pra lá, essas áreas foram desapropriadas e nós fizemos manifestação, movimento da igreja, aí era CPT, era CEBs, era a ACR, era sindicato, eram os políticos, nós tivemos uns políticos atuantes que nós elegemos, o movimento da CEBs, o Juarez Medeiros, que hoje é juiz, foi o Costa, que hoje é juiz, Conceição Andrade, 3 Deputados Estaduais que nós escolhemos no encontro estadual em Bacabal e José Carlos Saboia, Deputado Federal. E depois veio Coroba com deputado Estadual.

De lá pra cá, nós perdemos tudo isso, não se fez mais ninguém, mais ninguém, nós, no Estado, não temos nenhum deputado nosso; federal também não temos um, ainda andou por lá esse que é prefeito de Paço

do Lumiar, o Dutra⁸, e depois acabou. Mas nós deixamos fazer aqui 3 deputados Estaduais e 1 Federal pelas CEBs, quer dizer, a gente se organizava e tomava pé nas lutas e nas organizações. Acabou, eu não sei o que? Igreja não se manifestou mais, pronto, hoje os sindicatos não atuam, não tem mais comprometimento, são comprometidos com a Vale do Rio Doce, são comprometidos com o prefeito, são comprometidos e acabou. Então, hoje é assim... nós ainda temos o restinho da CEBs e nossa organização e o movimento negro que ainda se mexe. Foi assim (janeiro - 2019).

MESA NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E A FALA DE AUTORIDADES: MAIS UM DESGOSTO

Mas logo assim dizer pra vocês... a coisa mais ruim do mundo pra consciência que nós temos é a gente não se sentir bem, aonde a gente está. Com quem a gente está... Na medida que chegou autoridade, que é uma pessoa desonesta aqui no nosso município e enquanto os povoados passaram o inverno sem ter aula, por falta de transporte, falta de assistência, nós temos colégios que desabaram. Tá com mais de mês no interior, aonde estudam uma quantidade de crianças, botou pra estudar numa casa de forno, a primeira, segunda, terceira e quarta série. E ele não está nem aí, o cabra chega na mesa com uma porção de autoridades que não enxergam uma situação no nosso município, não visitam... porque eu fui vereador, mas eu não saía das comunidades, não saía. Eu vi ali. Eu digo: ‘meu Deus, eu vou falar o quê? Perante essa autoridade, com esse público que tá aqui? Eu vou falar o quê? Eu vou ofender eles, porque eu não tenho minha língua queimada.’ Quando veio pra mim, eu digo pra que que eu vou me manifestar? Quando eu olhei pra mim, não estou me sentindo bem, tirar aquela palavra, falar o quê? Botam uma autoridade daquela, e o que ela vai falar? ‘Vou fazer uma praça aqui [...]. Eu fiz a ponte lá [...]. Eu vou fazer as estradas de lá [...].’

8. Nota do Editor: Domingos Dutra, foi Deputado Estadual nos períodos de 1991/1995 e 2003/2007, Deputado Federal nos períodos de 1995/1996 e 2007/2015. Filiado ao Partidos dos Trabalhadores-PT (1980-2013), ao Solidariedade-SD (2013-2015) e ao Partido Comunista do Brasil-PCdoB (2015-presente)

A LUTA EM SANTA ROSA DOS PRETOS

A Santa Rosa foi uma das comunidades que tinha organização na pessoa do Libânio, na pessoa do Benedito, do Soeiro que já morreu e nos outros lá. Quem nunca gostou quase deles ali foi o Custódio. A Santa Rosa era um grupo pesado, porque o que foi que aconteceu, o vice governador do Estado estava de olho na área de Santa Rosa, porque a área da Santa Rosa é uma área muito imensa a terra deles. A terra deles vai no Kelru⁹, eu tive olhando uma história aqui e eu não sei se Anacleto conhece isso daí, escrito pela Mariana Luz - tem um livro aqui na história - e que aquele Lima que morava lá no Kelru, que era bacharel, eu não sei que diabos ele era, ele veio comprando terras de um dos Belfort, que é terra de Santa Rosa lá no Kelru. E ele grilou e foi tomando terra, tomando, até que eles ficaram em um montinho e não aguentaram mais. Esse João Rodolfo estava desmantando a terra deles com um trator, e veja só o operador do trator é hoje um dirigente de uma comunidade negra nossa aqui, e a Santa Rosa se reuniu, foi e parou o trator lá no meio dos matos e ele ficou funcionando lá e o cara desceu, ele teve que sair de lá, porque eles pararam tudo (o pessoal da Santa Rosa) onde eles estavam desmatando a Santa Rosa. Aí, João Rodolfo entra com a Santa Rosa na justiça, o juiz aqui de Itapecuru, que é desembargador hoje, e um deputado intimaram a Santa Rosa pra ir na fazenda deles para ter uma reunião com eles lá na fazenda. O advogado da gente aqui era o Benedito Coroba. Eu e Benedito fomos pra lá, quando chegamos lá, o povão estava lá, debaixo das mangueiras, bem na entrada da Barreira Funda, na frente daquele colégio, debaixo daquela Palmeira, tava todo mundo - aí, Benedito Coroba disse: 'na fazenda não vai ninguém, eu vou lá dizer para eles virem até aqui porque a comunidade não vai lá'. Ele desceu pra lá, chegou lá ele disse para João Rodolfo, estava o juiz, o deputado, o vice governador e a polícia. Ele disse: 'olha, vocês tem que ir na comunidade, porque a comunidade não vem porque tem muita gente, tem mulher com crianças, então vocês vão lá e todo

9. Nota do Editor: podemos destacar os processos históricos de apropriação da terra na região de Itapecuru por projeto de colonização e iniciativas de industrialização. O Engenho Kelrú está no centro destes processos. Com a decadência da empresa escravista, tentou-se outras vezes o restabelecimento econômico, como a industrialização de produtos do coco babaçu. Atualmente, esta região é reivindicada por inúmeras comunidades quilombolas. Para maiores informações, consulte-se: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas -Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018) / Márcia Anita Sprandel(Coautora) - Manaus: UEA Edições / PNCISA, 2019; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão / Alfredo Wagner Berno de Almeida - Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

mundo conversa'. Coroba veio na frente dizendo que eles iam vir, quando nós olhamos foi as fileiras de carros vindo. Quando a fileira de carros veio, nós estávamos aos montes de gente, aí falaram: 'abre, abre, abre'. O pessoal abriu do lado que eles vinham, fizemos a roda grande e eles foram descendo dos carros, quando eles entraram, a gente fechou, eles ficaram no meio e um montão de gente de Santa Rosa ao redor. Nesse dia eu lembro de um cântico, mas não sei todo, mas é assim:

Não acredito não, não acredito não...
em grileiro e latifúndio eu não acredito não (2x)
Nem que venha de Rosário brigar na mão
Eu não sei se é convenção ou pra traição
É por isso que eu não acredito ... em grileiro não
Não acredito não, não acredito não
em grileiro e latifúndio,
eu não acredito não (2x)
Com sorriso e abraço e aperto de mão
Atraindo todo mundo que cultiva o chão
E depois para na Amazônia morrer de Cezão
Não acredito não, não acredito não,
em grileiro e latifúndio eu não acredito não (2x)

Cantamos e eles pararam e o juiz disse porque eles estavam fechados. [Tiveram como resposta]: 'O direito é de vocês e nós?...' Essa foi uma das maiores mobilizações que eu vi nessa época e nós tava com Coroba e aí nós fomos atrás de estratégias junto com Libânio, fomos a Alcântara, porque lá era a comarca mais velha que tinha era Alcântara, Icatu e Coroatá atrás do documento da Santa Rosa, porque desse mundo de terras que eles têm, o cartório castrou o documento das terras deles - o que ficou foi só uma parte, o documento de Santa Rosa nunca ficou e agora que eu estou vendendo aqui pelo documento de Mariana Luz que esse mundo todo, era dessa pessoa de Santa Rosa.

Cantando esse cântico, rapaz... isso poeirou (ele sorri), mas o cântico não é debochado pra eles, não é? Nós fizemos isso aí, hoje não tem a luta em Santa Rosa que teve como dos negros mais velhos, hoje tá difícil, estão divididos.

Benedito tinha combinado ... foi um que era para dar tiro no cara da máquina... hoje a turma anarquiza ele.

Nós já passamos momentos difíceis e momentos bonitos e felizes, naquela época ninguém passava fome, com toda pobreza a gente tinha tudo. As mulheres dessa época, elas além de ficarem mantendo as casas, nunca fizeram besteiras, foi mulher que nós saímos e passávamos semanas, e elas ficavam cuidando dos nossos filhos, isso de todas as lideranças, e nenhuma se perdeu, porque era um trabalho de conscientização que tinha muito feliz.

Então, por isso que eu digo eu sou feliz porque a gente passou por isso, e sou feliz porque estamos fazendo a nossa história que eu tinha vontade de fazer.

Sem casa, sem terra, sem ter o que comer
Porque esperas amanhã
Escute este canto, escute este canto
Porque esperas amanhã

Mas nesse tempo a gente tinha coisas ricas, os boletins das ACR, os livros de cânticos, que estão em Santa Rita em uma comunidade no interior, são documentos muitos ricos que estão lá no Jiquiri, por exemplo, da ACR tem uma pilha de documentos, eles iam voltar para a paróquia - eu quero que vocês vejam, para pesquisa, o que tem lá de história do Brasil, do Nordeste.

Mas, nesse movimento morreu muita gente nossa, morreu padre, bispo e morreu muita gente (setembro 2019).



Seu Justo com Seu Libânio (em pé) e Seu Benedito de Santa Rosa dos Pretos. Foto: arquivo Seu Justo.



Seu Justo e Coroba. Foto: arquivo família de Seu Justo.

A PARTICIPAÇÃO NO EVENTO EM ARARI EM 2019

‘Eu no estado de saúde que estou, quero agradecer todos nessa comunidade pela recepção que fizeram comigo, diferenciada até mesmo dos outros... que eu não queria que fosse. Mas eu quero em princípio pedir a Deus, a mão de Deus em cima de vocês, porque o caso de vocês não é fácil.’

O que que eles fizeram, fizeram uma simulação do que iriam fazer. Eu disse, rapaz... esse encontro tem segurança de que? Em nosso trabalho temos que ter segurança e sigilo. Para que pudesse ser exposto o que a gente quer fazer. Porque eu vim de uma luta desde 66, nós fizemos coisas... Até hoje, nem minha família sabe aonde foi, porque é uma coisa sigilosa e estratégica. Claro... ai eu cantei um desses cantos que está ai no livro... por isso, eu pedi aquele livro de canto naquele dia ali [quando Seu Justo visita o acervo da ACR em Jiquiri]...

Rapaz, o segundo ponto, que eu ainda vou para a frente... o companheiro de Belém disse a situação de nós índios, de nós negros, de nós pobres e daqueles que se dedicam em favor de nossas lutas... e destacou muito bem... que nós (para o governo) não contribuimos com nada para a economia do país... e não é surpresa se vir um golpe por ai. Eu digo, eu vou cantar um cântico aqui, que diz da realidade que estamos vivendo. Nós que estamos assessorando aqui, vamos embora, mas vocês vão ficar, por isso, eu pedi a mão de Deus em cima desses lavradores que estão sendo ameaçados.’

*Quem disse que não somos nada,
que não temos nada para oferecer,
Repare nossas mãos abertas,
trazendo as ofertas do nosso viver,
repare nossas mãos abertas,
trazendo as ofertas do nosso viver,*

*aqui trago as sementes,
sangue dessa gente, que fecunda o chão,
Palmares, Canudos, Cabanos são lutas de ontem e de hoje também.
Ó, ô, ô, ô, recebe Senhor.*

O que eu sabia, eu disse [naquele dia]... quando deu quatro dias, a menina lá de casa falou: ‘Seu Justo, mataram dois em Flecheira, Arari... mataram dois que tinham sido presos...’ Eu disse para o advogado que estava assessorando a gente... porque eu dei um livro para ele. Eu disse ‘Liberdade caça jeito... não é porque a gente que vai fazer uma coisa de luta perigosa, quer fazer... como é que eu faço?...’ Nós aqui cortamos arames para mais de cinco propriedades e eles entraram com ação em cima, fazendeiros entraram com a ação, nosso advogado disse [para o delegado]: ‘rapaz, como vocês podem dizer que foi a comunidade, nós podemos dizer que foram os encarregados da fazenda de vocês para incriminarem a comunidade para nós perdermos a questão. Prova que foi a comunidade que cortou’.

Os caras chegaram [em Flecheira] 3 horas da manhã, quatro, ‘sai fora, abre a porta ai bandido, que é a polícia que está aqui...’. ‘- Rapaz não interessa, isso é agressão.’ Na porta da cozinha já estavam gritando: ‘Ooo!!! Abre que nós vamos derrubar, que é a polícia....’. Até que ele abriu a porta, os caras entraram e disseram: ‘Você teve vida até hoje, hoje acabou...’ E a filha dele, uma liderança do movimento ‘não mata meu pai...’ E tchau... uma facada e quatro tiros na cabeça. Foram para a casa do filho dele... chegaram lá, entraram: ‘Senta aí!’... quatro tiros na cabeça também...

[...] Eu fui presidente do sindicato... eu fugia. Eu podia querer aparecer que era eu que estava organizando, mas e ai... aparecia o serviço... quem foi, quem deixava de ser, não aparecia não. Deus também foi muito estratégico... Jesus Cristo também e porque nós íamos querer ser o tal.

[Depois de cantar] Me emocionei. Veio umas mulheres e me seguraram... eles choraram também... Não é de hoje que a coisa vem... então já dava para aprender estratégia... pegaram Negro Cosme, mas deu luta, morreu branco pras grotas e fazendeiro, mataram Zumbi, mas deu luta...

O cabra disse, esse que veio de Belém, que as fazendas e tudo... estão armados até os dentes... (fevereiro de 2020, áudio 19).



Evento em Arari, 2019. Foto: Fóruns e Redes de Cidadania.



Evento em Arari, 2019. Foto: Foruns e Redes de Cidadania.



Evento em Arari, 2019. Foto: Fóruns e Redes de Cidadania.

A BAINHA E A FACA

A juíza de Urbano Santos com o prefeito e os vereadores se uniram com o poder legislativo, executivo e o poder judiciário contra 4 territórios quilombolas, e essa juíza concedeu a liminar de reintegração de posse para os gaúchos e esses gaúchos tomaram vários hectares de terras, ocupando com o plantio do eucalipto. Aí, eles planejaram junto com o juiz que é hoje aposentado, e me convidaram para um encontro estadual em uma comunidade Santa Maria da qual, ela já estava com a liminar de reintegração de posse para o proprietário fazer o despejo deles (quilombolas) e nós fomos. E falamos da situação quilombola e falamos em leis, lá com a gente tinha um advogado. Eu disse: ‘gente, é o seguinte, a gente não pode viver sem leis, porque senão a gente se arrebenta, mas é o seguinte ... o nosso direito está acima de qualquer lei’, que isso eu também disse uma vez no INCRA no meio de cinco advogados, que o direito do negro, o direito do cidadão, ele está acima de qualquer lei.

Eu vou contar uma história – tinha um parente da minha mulher, primo irmão dela, tio desses dois (aponta para os filhos dele), o nome dele era Teófilo e em toda festa ele estava, aí nesse tempo não tinha luz, era lamparina, aí vieram e disseram rapaz Teófilo furou um, ele era muito esperto, ele usava a faca aqui detrás das costas na cintura, na bainha, quando criava uma confusão, ele sai um pouco para o escuro que era para o cara ir, e ele quando o cabra descuidava, ele colocava as mãos detrás das costas e ele arrancava a faca com bainha e com tudo e jogava a bainha na mão direita e a faca na mão esquerda, aí ele era canhoto e direito e quando o cabra caminhava pra ele ou ele caminhava pro cara, ele jogava primeiro era a bainha e cabra pulava, só que ele jogava a mão esquerda e era onde estava a faca. Então a faca furava. E eu fiz a comparação disso com as leis, foi o seguinte, hoje para nós as leis, principalmente para os negros, para os pobres, a lei é uma bainha, ela existe a lei, agora o que vale é a faca que fura, porque a bainha não fura não, quem fura é a faca. Então, as leis para nós, elas não funcionam, o que funciona é a nossa organização, daí eu contei para eles a história de que nós ganhamos nosso direito contra vários fazendeiros por meio das nossas organizações, porque daí o que valeu não foi a lei, o que valeu foram as nossas organizações, foi que nós tivemos direito, eu contei o exemplo de Santa Rosa, assim como eu posso contar o exemplo de outras comunidades que nós lutamos.

Então, o que vale hoje é a nossa organização, porque em nome da lei nós temos que nos organizar e tomar as nossas decisões e ter a dinâmica para saber fazer as coisas então, o que funciona não é a lei e sim a nossa organização, o que fura não é a bainha o que fura é a faca, essa faca é a nossa organização que funciona e que nós temos muitos exemplos disso em áreas em que o juiz concedeu a liminar para os proprietários despejar o povo. O que a gente fez foi, por exemplo, no lugar por nome Gaiola Grande, onde nós estivemos em uma audiência e o juiz irmão de Zé Alberto foi quem concedeu a liminar para despejar o pessoal, e ele disse vão ser despejados e eles disseram, ‘olha lá estão enterrados minha mãe e meu pai’ e esse proprietário fazendeiro disse que ia fazer um curral em cima do cemitério e ele disse, ‘em riba da minha mãe, não!’. Mas, nós perdemos a questão em Vargem Grande, e aí os nossos advogados falaram, ‘olha, vocês tem que se organizar agora, porque a lei não vai funcionar’, quer dizer, a bainha não funciona, o que vai funcionar agora é a faca, que dizer, a nossa organização. O quê nós fizemos? Eu fui lá e chamei o presidente e tinha uma mangueira envergada para a estrada e conversei com ele, ‘rapaz, aqui dentro tem homem de coragem para fazer as coisas?’. E ele disse, ‘Tem!’ Daí eu disse ‘corta uma banda da mangueira, porque eles vão despejar a comunidade’. E lá a estrada de entrada e saída era só uma e não tinha mais outra, e eu disse, ‘agora corta em uma hora em que não tenha ninguém vendo vocês cortando e nem diz que foi eu que orientei’. Mas foi descoberto. Ai eles cortaram a banda da mangueira e quando eles passaram pra lá, dentro da nossa comunidade para fazer o despejo, eles cortaram a costa da mangueira e ela entupiu a estrada, aí disseram para ele ‘rapaz vocês não podem mais sair daqui porque já está entupida a estrada’. E ele se assanhou com os capangas que iam despejar o pessoal lá e voltaram, eles só não se acabaram por debaixo da mangueira, porque quando ele chegou perto o carro freou debaixo dos galhos e os lavradores saíram de dentro dos galhos das mangueira, e tinha gente de nossa comunidade de onde eles moram hoje, dai eles pegaram o proprietário, e os capangas já tinha fugido, daí pegaram o proprietário e tomaram uma pistola que ele tinha, tiraram a roupa dele e deixaram ele só de cueca e disseram, “agora tu vira o carro pra trás no rumo da fazenda”, e ele virou o carro e quem foi dirigindo o carro foi um de nossa comunidade que chama Josias... que era motorista de nosso trator. Josias foi dirigindo o carro até na fazenda e quando chegou lá, “agora aqui desse teu comércio, tu vai tirar alimento para nós comer, porque nós não vamos entrar no comércio é tu quem vai entrar e dar e bebida para nós

beber”. Isso de sete horas da manhã até 15h, quando deu três da tarde, o pessoal mandou ele entrar no quarto e trancaram ele no quarto e depois correram todo mundo para a comunidade e o dirigente da comunidade lá... chegou aqui na nossa casa, isso eram três horas da manhã, eram dois e eu fui esconder eles em Santa Maria dos Pinheiros, isso nem a minha família nunca soube e isso talvez, eles estão sabendo agora, aí nós tapamos com a árvore lá o proprietário não entrou mais e o INCRA disse “olha essa área nós que vamos desapropriar”, e a liminar não funcionou mais, pois o que funcionou foi essa organização nossa. Então, o que foi que vigorou nesse caso, foi a lei ou foram as nossas organizações com uma dinâmica que fizemos? Então, por isso, é que a bainha não fura, a lei hoje para nós não funciona, o que funciona é a nossa organização, com a dinâmica de nossa organização, então nós temos que usar a lei e a nossa organização para que as coisas possam funcionar a nosso favor hoje, o pobre é desse jeito, ou nós nos organizamos para garantir o nosso direito ou pronto (janeiro de 2019).

Essa comunidade aqui que eu falei da história da bainha e da faca [de Urbano Santos], eles estão adquirindo a terra através da organização e não do governo, porque eles não tem na mente nunca que o governo vai legalizar essa área e entregar para eles, o que eles fizeram além da cultura e das organizações, eles fizeram uma roça comunitária de 50 linhas. A justiça proibiu dizendo que eles estavam atingindo o meio ambiente, mas eles continuaram e cortaram o arroz, e fizeram uma reunião arrumaram um dinheiro e colocaram o comércio deles, e a luta deles é ter essa terra não confiada em governo, nem em leis, mas confiada na resistência daquilo que eles têm da história deles. Então, essa comunidade, os quatro territórios, eles não confiavam que o governo ia dar o direito dessas terras para eles e daí eles com a organização deles, eles não acreditam em terras dadas pelo governo, não acreditam no INCRA, não acreditam no governo. Eles acreditavam no governo Lula de que de lá poderia vir alguma coisa, de que eles poderiam se organizar lá em Brasília caso aqui não desse certo. Hoje nós temos pouca esperança e segurança desses governos que estão aí com as mãos sobre as nossas terras.

A LUTA EM SANTA MARIA DOS PINHEIROS

Santa Maria dos Pinheiros... eu estava no sindicato dos trabalhadores rurais como diretor e Tinoco ia andando, eu nunca tinha visto ele, três irmãos caminhando e contando a situação da terra e eu ouvi, quando eu ouvi eu aguntei e eles iam na frente falando da situação da terra, situação de que tinham tomado o documento deles, aí ele falou ... pediram os documentos da terra dizendo que era para legalizar para eles (quilombolas), mas passaram foi para o nome deles (os que se apresentavam como proprietários). Eles iam conversando e eu defrontei com eles, eu já tinha apoio do assessor jurídico, que era esse Pedrosa, mais o Zé do Carmo, que trabalhava no Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) pelo um projeto que se chamava Projeto Vida de Negro (PVN) e eu já tinha a certeza deles lá, daí eu convidei eles para vir no sindicato e mandei eles contarem a história da terra, eles contaram e me disseram, e eu disse eu vou lá... e nessa época eu andava era de bicicleta.

Para chegar em Santa Maria dos Pinheiros, [...] eu para chegar lá atravessava oito colchetes beirando a matriz e evitando tiro, porque não podia passar ninguém, mas eu abria os colchetes e fechava, eram oito até chegar em Santa Maria dos Pinheiros, quando eu ia por debaixo dos linhões da ELETRONORTE era uma légua, chovia e a gente por baixo, mas eu ia para lá. Tinha vez que eu ia em jejum e minha vista escurecia e eu parava assim perto da barreira suado e todo molhado, Tinoco sabe disso, ai eles me contaram essa situação, quando não eu ia pelo colégio e saía no Entroncamento e de lá voltava, **eu ia entre duas cercas de arame energizadas** e eu não sei como eles não ligavam no portão e lá eles contaram a história e nós caminhamos para cima vendo a história da comunidade, porque eles não tinham mais nada a fazer, já estavam beirando as fazendas, de um lado, fazenda, do outro, fazenda, e nós entramos e os advogados nos acompanharam.

O que a gente pode fazer no primeiro momento foi negociar com o INCRA quatrocentos hectares de terras para ficar o povoado deles para eles não saírem e foi negociado esse tanto de terras para as famílias que estavam lá no primeiro momento, o território com o resto da terra deles eles perderam. Oh, fazendeiro ruim aquele! Então, ele o que que ele fez, o encarregado da fazenda mandou me chamar e perguntou quanto eu

queria para eu sair daquela questão de Santa Maria dos Pinheiros e eu disse: ‘olha, o meu preço eu não sei, mas a comunidade pode dar o meu preço para eu sair da luta deles lá, eles podem dizer qual o preço para eu sair, agora eu não sei’. E ele também não me falou mais a respeito disso. Ali não tinha colégio, não tinha estrada, não tinha luz, não tinha posto e não tinha água, não tinha nada e aqueles negros viviam daquele jeito.

Tinoco ele vai dizer quantas vezes eu já cheguei ali de bicicleta só, e Deus me acompanhando, para nós refletir as coisas para ir para o INCRA. Teve vez que eu fiquei com muito medo, porque o fazendeiro de lá era gerente da Serasa de São Luís e ele tinha quantidade de fazendas e o filho dele saiu para conversar comigo – e eu disse: ‘vai me matar!’ E eu fiquei branco, mas não era, era só para perguntar de onde eu era e o que eu ia fazer pra lá, e eu não dizia o que de fato eu ia fazer, eu dizia que ia fazer visita porque eles eram meus parentes e eu estou indo por aqui, e assim eu passava. Mas teve uma vez que eu fui com Ana Amélia e outras negras que estavam aqui, nós passamos por dentro de uma fazenda e quem era encarregada lá de abrir o portão para nós passarmos era uma negra que era de Santa Maria dos Pinheiros, e essa ainda é viva e essa abria o portão para nós passarmos, e quando foi na volta para a gente voltar pela tarde, o portão estava trancado e o fazendeiro saiu com uma escopeta e em quantidade, apontava a arma e eu fiquei na frente das mulheres e disse o que Ana Amélia tinha tido aqui, ‘cidadão nós estamos aqui na comunidade é tratando de um trabalho de educação e eu sou vereador’ e foi aí que ele baixou o cano da escopeta e ele disse: ‘mas, não passa!’ E eu disse, ‘cidadão mais por onde que nós vamos passar!’ E eu implorei para ele até que chegou o ponto dele dizer: ‘Olha, é o seguinte, aqui vocês nunca mais passam por aqui e para passar por aqui tem que ligar para mim em São Luís para dizer o que é o assunto para eu poder dizer a hora que vocês vão passar.’ Foi aí que ele deixou nós sairmos. Só que depois.. ele, eu não sei como foi, se desentendeu com Zé Renato ou foi com João Castelo, tinha alguma coisa relacionado a transporte, que colocou no nome dele, e quando ele foi atrás ele disse... ‘não aqui não tem nada, mostra o documento’. Foi aí que mataram ele, esse fazendeiro. A fazenda dele, depois passou para outro lá. Nós íamos para o INCRA, que eu via minha vista escurecer e limpar de novo e eu sem nenhum tostão para merendar, mas eles me davam de comer, esse Tinoco junto com eles ali. Então assim foi comprada a primeira área e nós entramos com processo da restante como área quilombola pegando a história dessas áreas tudinho que nós ainda vamos andar.

Eu não sei como foi que Deus me deu essa força para lutar, e hoje eles são donos do restante, e hoje essas áreas estão para serem desapropriadas pelo INCRA, ele negociou não que a desapropriação aqui pelo INCRA fosse pelo módulo de terra, e esse módulo de terra aqui no Itapecuru-Mirim é 55 hectares de terras, e para serem desapropriadas essas terras pelo INCRA, ele tinha que ter 15 vezes 55 e aí ela era pequena e não podia por isso que foi negociada e esse restante de terras que completou os mil hectares de terras que eles tem lá hoje, já foi como território quilombola baseado na outra lei, porque a lei de desapropriação é uma e a lei nossa dos territórios é uma outra lei, que veio depois que Lula fez, que foi decreto e alguns artigos. A desapropriação por interesse social pelo INCRA ela é pelo artigo. Assim, nós lutamos e hoje eles são donos daquela área, mas quando desapropriou não tinha a estrada, porque de Colombo para Santa Maria dos Pinheiros se atravessa 3 fazendas, que foram consideradas pequenas e não atingiram o módulo para serem desapropriadas, aí teve uma reunião no INCRA com 3 fazendeiros e cada um estava com um advogado e eles diziam que a área não podia ser desapropriada, porque não atingiram o módulo e eles não tinham uma outra área. Nessa época era Monteiro o superintendente, daí eu disse: ‘doutor, eu acho que o direito daqueles negros que tem lá está acima de qualquer lei e o senhor não desapropria se não quiser, porque o senhor faz parte de um órgão federal e aqui dentro tem a polícia federal’, nessa época a polícia federal era lá, daí ele deu uma murrada em cima da mesa e disse: ‘eu vou desapropriar, medir a margem que a estrada vai passar, e eu vou pagar vocês’. Aí depois veio colégio, mini posto de saúde não funcionou lá, mas eles estão ali, mas sofreram muito, e assim são outras áreas também que tem o dedinho desse negro velho.

Agora, tem coisas que eu falei e outras que não estão aí – tem outras áreas que eu dou com detalhe como eu dei de Santa Maria dos Pinheiros e o que faltar a gente estar aqui a disposição para a gente está se reunindo, para mim é um prazer. Eu agradeço muito ao soberano por eu ter essa vida e dedicar essa vida de graça àqueles mais pobres e agradeço a Deus por ter me dado essa inteligência e eu ter colocado ela também de graça aqueles que não podiam ter. Nós deixamos essa história, que vai ficar para meus filhos e para os outros e também deixando a nossa história a gente não morre, a gente vai para uma outra vida para descansar, mas a nossa história fica existindo. É um sonho nosso ter a nossa história, e eu estou a disposição para a gente ir nas outras comunidades com qualquer um de vocês no dia em que vocês quiserem, liguem para dizer o dia, vocês já tem o meu telefone (janeiro de 2019).

Conversas na casa de Tinoco em Santa Maria dos Pinheiros

Justo: Essa aqui é a mulher que riscava o facão no pé do delegado (irmã de Tinoco), essa que riscava o facão no pé do delegado. ‘Tira teu pé daí porra’. Delegado com metralhadora na mão e ela não estava nem ai!

Irmã de Tinoco: Ele não ia me fazer nada, então você que sabe (risos)...

Justo: Aqui... nos primeiros hectares que foi concedido aqui pra fazer os variantes, eu tava no começo, nós ia pelos matos fazendo esse pico ai, foi dessa vez, que eu vi o cemitério lá que tem um pauzão bem em cima, porque o pico passou depois, o cemitério ficou pra cá, é um pau medonho.

Tinoco: É um Pau D’arco, um Ipê.

Justo: Tá lá ainda?

Tinoco: Tá

Justo: Lá tem outro parecido perto dele, porque tem um cemitério aqui do mangueiral, a dona Leocádia tá lá?

Tinoco: No cemiteriozinho, porque aqui a gente só enterrava criança, lá no cemitério grande a gente só enterrava idoso, mas de uns tempos ai começou a enterrar, e parece que a primeira a enterrar foi Joana, diz que ela ainda era moça e foi enterrada no cemiteriozinho das crianças.

Justo: Aquele mangueiral?

Tinoco: tá, mas ainda cai umas, mas ainda tem muita mangueira lá, lá dentro do cemitério ainda não caiu nenhum mesmo, daquelas velhonas ainda estão lá ...

Cíndia: o cemitério ficou nesses 400 hectares?

Tinoco: todos os dois, porque assim, lá o de lá, ia ficar fora ai, eu não aceitei e briguei, briguei, briguei, e disse não aceito ... Aí puxaram mais 50 metros para frente para ele entrar, ai eles entraram 50 metros depois que passou o cemitério para pegar ela, mas agora tá tudo, todos eles estão aqui dentro.

Justo: Rapaz, ninguém imagina que de baixo de uma árvore daquela tem um homem...

Tinoco: Ainda tem uma palmeira.

Justo: sim, ainda tem uma palmeira mais pra cá.

Tinoco: não, lá em cima da sepultura tem uma palmeira e um Pau d'arco.

Justo: como que essa palmeira nasceu em cima também? Cutia que bota lá ...

Cindia: é a sepultura de quem?

Tinoco: do meu antepassado, que era o Zeferino, que era escravo do branco que ... Tem a Ovídea que era nossa antepassada, mulher do Zeferino, um tá enterrado do lado do outro e o velho [branco] que morreu primeiro tá enterrado no meio, ai fizeram as sepulturas dos outros na lateral.

Tinoco - Nós aqui já chegamos um dia e tinha gado entrando lá na roça da minha irmã, aculá. Cheguei e achei ela chorando bem ai, tinha chegado das serras dos Carajás... 'e menina porque tu chora?'. - 'Oh, mermão porque gado tá acabando minha roça e eu tô com doze filhos pra criar e gado tá comendo minha roça'. - 'De quem é esse gado?'. - 'De Livramento'. - 'É pois o que eu achar lá agora morre, morre agora'. Convidei meu primo lá e nós convidamos uns cabra aqui pra roçar e chegamos lá, fomos atrás de Cantagalo e meu primo começou a atirar pra cima, atirou em boi e nós só focamos em boi grande. Nunca achamos sangue, ele atirou pra cima dizendo que tinha atirado em gado, andamos o dia todo atrás de gado e não encontramos gado nenhum chumbado, quando eu chego bem ali no canto daquela casa ali, a casa do meu cunhado, que era de taipa, palha; o cunhado dela tava discutindo com meu cunhado, ai eu disse: 'senhor qual o problema ai?' Não, porque eu queria saber desse homem, porque aquelas duas espingardas tão penduradas ali naquelas duas armadilhas lá na roça, e eu disse: 'o senhor não disse pra ele não, o porquê?' 'Aquelas duas espingardas lá cidadão brasileiro estão lá pra quem roubar o arroz dele ou comer, seja gado, seja gente, seja lá quem for, tá dentro da propriedade dele lá'.

- 'O senhor é vaqueiro?' - 'Sou!' - 'Pois eu acho que seu lugar não é aqui, é atrás de gado, se o senhor não ir atrás do gado, o senhor pode contar de dizer pra ela amanhã que tem gado morto dentro da roça. Enquanto eu não sair daqui, vocês podem ficar na prevenção de vocês

porque vai morrer gado, e não arredo daqui enquanto não morrer gado'. Aí nessa época eu sai daqui mais esse aqui, rapaz, bora lá no INCRA e vamos entrar com uma ação contra esses fazendeiros. Nós fomos lá e conversamos, conversamos e nada do INCRA, e gado aqui, isso aqui era tudo cheio de gado.

Cíndia: vinha até aqui assim?

Justo: Ai tinha gado, nesse tempo era gado como estrela ...

Tinoco: esse Zé Romão, que morreu ali e que hoje também estava brigando por terra ...

Justo: quem que morreu?

Tinoco: Zé Romão

Justo: rapaz aquele caboclo

Tinoco: atentou muito aqui

Justo: ele me chamou e disse: '- o Zé Carlos que era dono disso aqui manda te perguntar e pra mim te levar lá... Quanto que tu quer pra sair dessa questão Santa Maria dos Pinheiros?' Eu disse: 'rapaz... o meu preço eu não tenho, agora tu vai lá na comunidade e pergunta qual o meu preço, eles que vão te dizer quanto é'. Nunca mais, toda vez que eu via ele na nossa reunião lá eu me lembro disso...

Tinoco: eu também. O meu primo bem ali chegou com vários sacos de estoupa pra botar ali. Eu disse: 'esse saco é pra que? Pode levar daqui, o senhor não vai dar um caroço de milho pra ninguém... Leve aqui, a partir de hoje vocês não botam mais milho pra ninguém, como foro...'

Justo: Ze Romão que trouxe?

Tinoco: Trouxe um saco de estoupa, ele trazia saco de estoupa, montado em cima e botando pra irem entregando as coisas. Ai eu disse: 'rapaz é o seguinte a partir de hoje ninguém vai levar mais nada de ninguém.' Ai o que ocorreu, ele recuou, não pediu mais foro, ai eu comecei a dizer pra negada o que nós temos aqui é nosso, nós não vamos mais dar nada a ninguém, e hoje nós vamos ter que ter briga e vamos se prevenir pra nós brigar e nós não vamos mais aceitar o que querem não, aqui é nosso aqui, ai ficamos na luta, ficamos na luta. Ai... **em 1991, ou foi 1992, chegou**

Justo, que foi Justo que me levou para o movimento, eu digo assim, que chegou, assim como ele chegou hoje com vocês, e aí Ivan, Pedrosa, Ana Amélia, Aniceto. Eu estava para Itapecuru e ia até trabalhar numa festa lá em Colombo [...]. Justo deixou um recado que era para eu ir lá na casa dele que ele queria falar comigo. Eu fui, ele começou a me contar, e eu disse: ‘o Justo pelo amor de Deus, eu to querendo demais, porque já fui lá no INCRA, pra cima e pra baixo, e não tive condições nenhuma.’ Aí nós iniciamos nosso trabalho de lá pra cá, muito pesado mesmo, e Zé Carlos um dia mandou me chamar, eu fui lá na clínica dele e ele disse pra mim que ele sabia que minha mãe era uma das herdeiras, mas só que ele tinha comprado e que eu estava como agregado, e eu disse: ‘Eu? Como agregado seu? Eu acho que não... Não, não, não, não venha me chamar de agregado, que eu não sou seu agregado’. Ele: ‘não... mas tu tá na minha terra’. E eu disse: ‘não, eu estou dentro do meu terreno e aí nós começamos a discutir e discutir...’.

Justo: o caboclo era o ...

Tinoco: ele disse: “Siô porque nós não vamos resolver esse problema hoje’. Eu disse: ‘vamos, vamos resolver esse problema hoje’. Aí ele disse: ‘então você entra aqui no meu carro e nós vamos.’ Eu disse: ‘como é que é? Eu não vim junto com você, e não vou, o carro que eu vim eu conheço, eu vim foi de ônibus, o senhor vai de carro e eu vou de ônibus, agora dentro do seu carro eu não vou não, não há necessidade’. Ele: ‘não, é que a gente vai mais depressa e tal’ Eu digo: ‘não, eu vim depressa, eu to bem aqui e dá de eu chegar hoje em casa também’. Aí não vim com ele, mas os homens queriam que eu viesse e eu disse: ‘... então vai tu junto com ele’. Aí eu mandei recado pra esse daqui e ele disse que vinha e não veio e disse que vinha no outro dia: ‘oh! Quando Zé Carlos chegar tu vai ir lá e a gente vai conversar, esse aqui ficou esperando ele lá de manhã até de tarde e ele nunca que apareceu, aí Chico veio e disse que ele não tinha aparecido e eu disse tudo bem, se ele morrer larga ele pra lá que eu não tenho nada a ver com ele, uma vez ele veio aqui escondido dizendo que não era ele, mas a gente tava reconhecendo e era ele, diz que tinha vindo aqui e aí ficamos e o negócio começou.

Era eu, era Justo e nós íamos para o movimento, fomos pra Brasília, íamos pra tudo que era lugar diretamente, brigando, lutando até que conseguimos desapropriar 400, era 1000, e ficou em 400, nojento por essa lei, se fosse as 1000 que eles tivessem desapropriado era mais fácil ter a

luta mais ampla que agora. Veio um senhor aqui de São Paulo, o Zezão, pra fazer o levantamento das comunidades negras, ele fez lá na Santa Joana, Batista telefonou pra mim e eu fui lá, e ele tava lá no hotel daquele menino, ele tava lá... e eu fui lá conversei com ele e ele disse: ‘amanhã de manhã eu vou lá’. Chovendo e eu: ‘esse caboco vai lá?’ Quando foi por aqui não demorou ele chegou, que ele queria fazer uma vistoria por ai pelos matos e eu disse: ‘vamos siô’. Levei ele lá no cemitério, levei ele aqui todo molhado e eu: ‘siô mais o senhor vai assim’. Ele: ‘vamos, eu não vim pra brincar não, eu vim pra trabalhar’. Então vumbora e mete pesão na água ai e nós tocamos por aqui tudo, né, quando foi um dia o povo lá no Pirapora, recebi a certidão que ele tinha enviado pra cá, foi o cartório fazer todo levantamento e encontrou todas, e ai nós tínhamos ido lutando de lá pra cá, porque eu entrei de novo no INCRA com o pedido do restante do território todinho. Ai o INCRA deu o processo e número, tá tudo ai, quando chegou a menina aqui dizendo que era pra gente ‘coisar’,. que era de três vezes, a primeira, segunda e a terceira parcela, é, quando entra a Lidiane, ali era pessoa que queria, mas também se ela não ajudasse Itapecuru era muita coisa, mas não era só daqui não que ela trabalhava, era pessoas que trabalhavam

Justo: era Lidiane, Tatiane, Socorro...

Tinoco: a Kátia também, ai o que que ela chegou e começamos ai o negócio, foi tempo que chegou uns cabras lá do Pará né e ai desandou tudo, foi tempo que botaram ela pro INCRA lá de Brasília, ai desandou tudo aqui pra nós, tudo, tudo. Aquele ‘Marco Branco’, pela madrugada, é, nós temos todos os processos, o que ele fez que a nossa área só chegava até a beira da Br e nosso território só chegava até a beira da Br e o que ficou ... a linha de transmissão, é que nós temos 500 metros além da ferrovia, além da ferrovia, ainda tem 500 metros, lá na Fortaleza tem a pedra e lá no Morro de Alexandre e só chegou na beiradinha da estrada. Será que dá pra fazer o trabalho e confiar nuns homens desses? É muito complicado, muito complicado, porque é se a gente tem o direito, então um bora ver, bora dar o direito dos quilombolas, é isso aquilo dar o direito dos índios, vamos dar o direito dos índios. Agora que como nós começamos, tem uma coisa também que poderia ter uma briga depois amanhã maior, que era pra ter desmembrado o território todo dos negros de Itapecuru, até onde vai, até aqui? Então bora desmembrar todo e depois vamos ver até onde é seu território, é daqui, dai pra cá é daqui pra cá, então vamos e que desapropriasse todos, ta entendendo?

Justo: regularizasse, porque se desapropriar não ...

Tinoco: regularizar, né? Então todos os territórios e depois se juntava e ia dividir. Santa Maria dos Pinheiro chega até aqui, daqui pra lá é fulano de tal, daqui pra lá... cada qual vai receber seus títulos como manda a lei. Essa que era a maneira, mas começamos um pedacinho pra cá, um pedacinho pra aculá, tem poderosos que estão dentro da terra que ele hoje está falido, que diz que tá falido, mas no momento não é falido nada, aquilo é só descartes pra não pagar o que ele deve pros trabalhadores dele, imposto que deve muito e quer dar uma de falido, mas a nossa atenção aqui dos quilombos tá numa briga dessa daí é por causa do INCRA, porque o INCRA, o cara bota um processo dentro do INCRA é 10 anos, **20 anos, ele não resolve o problema fica naquele banho maria. Óh...** nós temos uma mesa quilombola lá dentro do INCRA, que nós estamos com mais de 4 anos dentro dessa mesa de dois em dois meses, o que é a conversa que nós trazemos de lá pra cá... só tem uma palavra positiva: ‘não tem dinheiro’, essa é todas as vezes, essa é todas as palavras. Não tem dinheiro e acabou. Mas outra solução dizemos, daqui e a partir de hoje, daqui a dois meses nós temos a solução pra dizer pra vocês quais são as metas que nós vamos trabalhar, não tem nada. A Roseane da sociedade, na penúltima que eu fui.

Justo: Ela já era advogada né?

Tinoco: Parece que já. Ela disse perante a todos nós: ‘olha, se nós não largarmos essa mesa aqui para se resolver outra solução, se sentar e debater, como é que nós vamos trabalhar, nós não vamos sair daqui com nenhuma solução. Nós vamos trabalhar aqui nessa mesa a vida todinha nessa mesa e não vamos ter solução e até hoje nós não temos uma solução, de quando é que vamos sair daqui com seus territórios legalizados’. Ainda não tem, tá?... Por quê? Eu disse para o Ivo, nós chegamos na primeira reunião, o superintendente não ligou, disse que tinha uma outra reunião, na segunda, não ligou, na terceira, eu disse pra Ivo: ‘rapaz como é que vamos sentar no INCRA, o superintendente tá sabendo de dois em dois meses que nós estamos aqui e ele não fica na mesa pra ele dizer pra nós, ele deixa essa pobre coitada, essa menina, sinceramente, pra mim, ela tá sendo usada, porque bota ela lá, ai nego conversa, conversa, conversa com ela, o quê que ela vai fazer? A decisão dela, qual é a decisão dela?’

Justo: Ela não tem poder de decisão

Cíndia: ela anota, anota, anota...

[...]

Justo: Uma coisa triste pra nós, que uma das mulheres que trabalha com nós, que eu não vou citar o nome, lá no INCRA, já disse isso não só, mas não citei nome, disse: ‘o INCRA hoje aqui tá a favor dos proprietários e não de quilombolas, sem terra’. O exemplo disso, no Santana - São Patrício pelo levantamento dos pontos, o Kelrú tava dentro, de então foi mapeado 3.500 hectares, os antropólogos fizeram o mapa, o levantamento, os documentos e entregaram pro INCRA de 3.500 hectares de terra. O Martin Fram, depois do INCRA ter aprovado esse relatório que o antropólogo foi, porque era do Rio de Janeiro, e então, Martin Fram veio pra fazer o mapa pra entregar pra comunidade, não quis acompanhamento de ninguém, a matriz de todas as fazendas ele deixou por fora, quando ele chegou com o mapa pra comunidade aprovar, e eu estava presente, eu e meu filho Auderan, de 1.300 hectares de terra, com o número de família de 130 famílias. E mais, ele é de Santa Rita, que assim como Márcio Rezende, o pior fazendeiro que tem ali, [...] a matriz da fazenda Marcio Rezende deixou tudo por fora. [...] E eu digo o que que a comunidade acha? É nós aprovamos aquele mapa, mas aí provou que a pessoa lá do INCRA disse que o INCRA tá favorecendo proprietário.

Há outra coisa aqui em Santa Maria dos Pinheiros, quando nós viemos trazer o título de emissão na posse, assinado pelo presidente, nós fomos lá na fazenda que eles estavam lá, só tava encarregado da fazenda, ele tava avisado pra ser notificado pra assinar, eu assinei. Aí ele diz: ‘não, mas ainda tem dois cavalos aí e duas novilhas’. Então o quê que o INCRA fez, então faz o seguinte: ‘vamos dar mais 30 dias pra ele tirar’. Nesses 30 dias, o quê que eles fizeram, tiraram porta de casa, tiraram motor, tiraram bomba, tiraram madeira, já com a comunidade, com o dinheiro na conta...

Tinoco: E tiraram a balança toda ...

Justo: Tudo, tiraram tudo. Quando deu com 30 dias, deu uma coincidência, eu cheguei aqui e o cara do INCRA que eu não vi mais a cara dele, com uma mulher aqui que foi lá fazer a avaliação e achou tudo depredado, ele disse aqui nessa varanda, que assim como nós podíamos acusar que foram os encarregados da fazenda que depredaram, podia dizer

que foi a comunidade. Eu disse: ‘meu amigo, se tivesse sido a comunidade que poderia ter sido, a culpa é de vocês tudinho, porque naquele dia, dos 30 dias que passaram, se vocês tivessem entregado a terra pra comunidade, ai a responsabilidade era deles, mas a fazenda ainda ficou e...’

Tinoco: e se não fosse o doutor Justo, não tinha saído como eles saíram lá não. Não saia não...

Justo: então o INCRA tá favorecendo é os proprietários, tirando tudo o que é nosso e entregando pra esses caras. A comunidade ficou sem porta, sem material de lá da fazenda, ficou sem as portas de casa, ficou sem nada quase. E foi um dinheiro altíssimo, mas a justiça de hoje é assim... tá assim... então ficou aqui. O cabra ainda veio culpar a comunidade. É um negócio sério. O INCRA hoje tá desse jeito, e tá o descaso, que ora, o superintendente é agendado nas reuniões de lá, ele se foge, não é molecagem isso daí? Tá constatado que é uma molecagem, não fica um. E hoje nós ainda brigamos ali, [...] nós abria era briga ali, cadê os sindicatos? Cadê a nossa representação? Quem eles botaram pra ficar representando na mesa, não conhecem os problemas das comunidades, não conhecem, como é que podem defender se não conhecem? E, depois disso, o fato não é só de não conhecerem, é o fato de não terem coragem de se manifestar diante desses caras que vivem manipulando a gente 24 horas por dia. Acabou. Pronto. Tem um sindicato que não tem coragem de coisa nenhuma na vida, então... temos o nosso companheiro na direção das associação das comunidades, eles não tiveram um princípio de luta, eu não vi contar a história de uma dessas comunidades. Óh!! Nós temos o processo dessa daqui porque o que foi combinado era que de entre mão se completasse os mil hectares de terra sem descartar o restante, o restante da área, porque não disseram pra nós no momento que não podiam porque o custo era muito alto, porque tinha muita fazenda dentro, mas completava esse daí pra tirar o fazendeiro daqui e daí trabalhava o restante do território. Pronto, isso morreu!

Tinoco: E a Lidiane tá sabendo disso, tá sabendo disse que ela é que sabe de todos os processos.

Justo: A verdade é essa, que não falou uma coisa importante assim, que a coisa morreu, Ó, nós temos feito as comunidades que foram autodefinidas, que foram certificadas, que tem processo feito, aberto no INCRA, através depois do trabalho do antropólogo, Santana São Patrício, ainda bem que

Santana São Patrício com esse documento que eles aprovaram de 1.300 hectares de terras, para 130 famílias. Eu fui convidado, esse sindicato que tá lá disseram que eu tinha que acompanhar lá no Ministério Público Federal, com o doutor Alexandre. Ai eu tinha que acompanhar, ai quando eu chego lá, o juiz federal perguntou o seguinte para as pessoas que estavam lá, o advogado era Bruno: ‘Dentro dessa área, o fazendeiro tem benefício?’ Eu disse: ‘não!’ - ‘Ele tem alguma benfeitoria?’ Eu disse: ‘Não!’ - ‘E os trabalhadores?’ Eu disse: ‘Tem! Comprovado.’ Ai ele pegou o martelo e disse: ‘eu vou bater o martelo aqui’. Buu! ‘Esses 1.300 hectares de terra é da comunidade, porque elas é quem vivem’. - ‘Tem como provar que são tradicional?’ Eu disse: ‘Olha, o Severino, que morou lá por 115 anos, o pai dele nasceu lá, o avô dele, o bisavô dele, nasceu lá, os tartaranetos...’ - ‘Tá provado’. Então ele disse: ‘pronto, tá batido o martelo’. Agora tá aqui o documento, cabe ao INCRA, que estava lá presente, legalizar a terra, documentar e passar. Agora o juiz federal bateu o martelo de 1.300 hectares de terra, até hoje já se lutou com o sindicato para pegar o documento que o juiz bateu o martelo, não... até hoje o INCRA não pisou na área. Tem essa área que o presidente, agora que o presidente morreu, que é o Bem Fica, nós abrimos processo, certificamos, morreu, tem uma área de 3 mil hectares de terra, já foi feito o trabalho dos antropólogos, já foi houve um processo no INCRA, certificada e reconhecida...

Tinoco: Fazendeiro tá vendendo la dentro! Aquele (?) já vendeu a terra dele.

Justo: Já vendeu? Ah! Essa situação aqui...ta protegendo, quer dizer, uma terra já com processo de certificação lá, o Mirim, o garimpeiro junto com esse deputado federal que é... Infelizmente nós negros, nós negros, digo assim, porque eu faço parte da raça e somos a mesma raça, fizemos campanha pra esse deputado federal, o sujeito foi em comunidade, entregava o santinho e mais o bilhete que tinha projeto de tantas casas. Quem não votava nele, ia perder as casas das comunidades negras rurais quilombolas, esse cara que tá aí dizendo que o (?) tem que passar agora de um jeito ou de outro... Ele é aliado aqui com o maior empresário nosso de Itapecuru Mirim, e ele, esse empresário, foi lá no território, dizendo: ‘ó, eu vou comprar aqui a terra, e vou dar 200 casas de graça pra vocês’. Aí eu fui lá... ‘rapaz eu vou com vocês no INCRA, só que não diga que eu vim aqui’... Aí foi que ontem, tá com oito dias, eu tenho o número do processo do INCRA, ai apareceu o rapaz lá em casa, que é enfermeiro em

Pirapemas, que nós já fomos em várias reuniões, a mandado do juiz, ele foi lá em casa, se sabia de alguma informação que ele ia entrar no caldo desse território lá que o... eu me esqueço nome dele da memória... e aí eu peguei o número do processo e entreguei, aí só tinha uma cópia, ele ficou de me devolver.

Parece que garimpeiro já soube da informação e já tá recuando de comprar a área e o deputado vai fazer o projeto das casas para implantar dentro do território quilombola, comprar o mundo, porque não tem documento, é do tempo dos velhos que ficou aí, os documentos ele faz, eles compram uma área, dizendo que tá comprando 500 hectares, que não tá demarcada, aí em vez de tirar 500 tiram é 1.500 e acabou história, porque é eles que demarcam. Essa é uma questão da manipulação do INCRA. A outra coisa é o seguinte: de princípio, os critérios e as normas que são corretas, são o seguinte: quando a gente entra com um pedido de regularização do território, e aí o antropólogo entra, o INCRA tem por obrigação vir no cartório ver a documentação, o memorial descritivo, o mapa do cara que tá dizendo ser dono. É dono? Comprou de quem? Comprei dela. Ela comprou de quem? Comprou de quem? Sabe qual a norma que o INCRA tá adotando agora? Esses que tem o documento dizendo que compraram 500 hectares de terra, e ele mesmo demarcou e tirou 1.500, ele mesmo vai no cartório e prepara o documento. O INCRA tá se baseando é nesse documento agora, não vai atrás do histórico, do memorial, e ela me disse e é certinho, porque Martin Fran disse isso. Usa as pessoas que ta provando que tem os documento dessa áreas que vocês tão, e nós vamos pagar ele, e acabou-se. O que não deveria ser assim, porque se fosse para pegar a história e o memorial descritivo com o mapa e a cadeia dominial do terreno e a quantidade dessas fazendas que ia perder tudinho? O INCRA não ia indenizar, pagar caríssimo como eles pagaram aqui, 1.300 conto.

Tinoco: [...] ‘Essa terra o senhor comprou de quem? - Fulano de tal’, então bora ver aqui, ou então, aqui tem o erro... Como nós levamos um advogado, na época essa mulher de.. Adélia, né? Tava morando lá, nós levamos o advogado particularmente...

Justo: Zezão descobriu muita coisa ali!

PARTE 3

UM SINDICATO AUTÊNTICO

E eu no sindicato a gente fazia assembleia geral com 120 participantes, porque a nossa política não foi somente pela questão fundiária, mas também uma política social, que envolvesse a saúde, educação, esporte, lazer, moradia. E o que nós fazíamos, nós reuníamos as lideranças das comunidades no Sindicato para fazer o diagnóstico das comunidades em cada ponto, por exemplo, a gente ia ouvir na questão da saúde como é que está, da educação... e quando a gente fazia esse levantamento, a gente produzia um relatório, que ainda tem... e Anacleta Pires (filha de Libânio) era secretária nossa aqui, porque quem escrevia melhor era ela, e eu tenho ainda relatório que Anacleta fez e assim nós preparávamos e encaminhávamos para o poder público, só que nunca tivemos resposta.

Então nós tínhamos um Sindicato autêntico, comprometido não só com a questão da terra, na nossa direção, que era eu, Libânio e o finado Maurino. A mensalidade era difícil, e nossos filhos que nos sustentavam de roupas, não tinha aposentadoria, não tinha salário materno, nessa época, não tinha nada disso e nós ficávamos lá sem receber nenhum centavo, nós três.

SINDICATO, AMEAÇAS E DESAPROPRIAÇÕES

Quando eu entrei nesse movimento, aí vieram as primeiras ameaças, eu sofri demais, veio momento de que eu estava colocando veneno na minha roça, que estava cheia de pulgão e eu tive que fugir para outra comunidade no município de Santa Rita e me esconder. Disseram para minha mulher: ‘olha teu marido vai morrer’. Ele disse quem eram os assassinos, eram 3 e eu conhecia todos os três. E... eu estava ali, quando foi um dia, um cara veio nu da cintura para cima, e ficou em uma distância como daqui ali e eu fiquei na porta e eu disse: ‘o senhor pode entrar meu amigo’. Mas eu tinha uma cartucheira e uma 38 e não peguei e deixei detrás da porta, aí ele veio com a camisa nas costas, porque ele queria me matar de faca,

porque a camisa estava nas costas e a faca estava metida por trás, foi quando ele veio pra porta, eu segui para a porta de saída, para a varanda, para a cozinha. Quando ele entrou, eu desci para a porta do quarto, ele ficou lá e eu chamei minha mulher e mandei fazer um café pra ele, leite e assar peixe. E ela fez isso e deu pra ele, olha ele chegou 6h da manhã, quando ele saiu, o sol já estava alto e ele comeu o peixe e tomou o leite e saiu, foi na casa do cara que tinha mandado ele ir lá e disse: ‘toma ai teu dinheiro, porque eu não faço, por conta da maneira que a mulher dele me recebeu, vocês procuram outro, porque eu não vou fazer não’. Aí ele chegou e disse: ‘olha se ele não sair daqui, ele vai morrer, porque eu não fiz, mas tem outros aqui’.

Teve um filho meu, que foi colocar veneno na roça, colocou sem proteção e acabou se envenenando com andrec e trouxeram aqui para o Itapecuru e por conta dessa ameaça eu não pude acompanhar meu filho. Aí a comunidade acompanhou.

A casa minha era rebocada, mas coberta de palha de babaçu. Já tava chovendo por tudo, e eu tinha tirado um monte de palha para cobrir, porque os adversários cortaram as palhas todas da minha casa, e a comunidade se reuniu, 300 pessoas tiraram a palha em um dia e cobriram minha casa, em um dia. As mulheres ficaram na entrada de onde vinham os adversários e os homens ficaram fazendo o serviço da casa e eu sai para Vargem Grande só de Bermuda, tinha uns padres lá que faziam parte do movimento, depois fui para Coroatá e de lá para Bacabal.

A minha filha encontrou com o cara que a gente brigou, e disse: ‘olha, a família do meu pai, você viu aí... o que foi que aconteceu!’ Porque nessa manifestação que fizeram lá na minha casa [para colocar as palhas] tinha gente de Vitorino Freire, de Bacabal, de Lago da Pedra, de Lago do Junco e de várias comunidades aqui, o pessoal estava em peso - mataram um porco, fizeram galinha, fizeram uma despesa e tal. Aí, minha filha falou pra ele e ligou pra mim, que eu já poderia voltar, porque ela já tinha encontrado ele dentro de um ônibus e ameaçou ele, e aí eu voltei pra casa e continuei a minha vida e disse: ‘se um dia eu pegar a direção do Sindicato, eu vou desapropriar essa área aqui’. E foi o que aconteceu. Quando eu entrei no Sindicato eu arrumei conhecidos no INCRA e arrumei uma galera, a gente fazia reunião, a gente tinha um apoio de um grupo grande.... que para mim não era como igreja, nem como Sindicato, nem era como político, era como luta.

A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM TINGIDOR

E foi assim que nós entramos e nós desapropriamos mesmo e lá hoje é uma área que tem 8 comunidades dentro, são cinco mil e seiscentos hectares de terras, que estão desapropriadas. Antes, a gente pagava de 3 alqueires por dia, e depois ninguém pagou mais.

Dentro dessa área, tinham várias fazendas, por exemplo, João Rogues Sampaio, que era dono de um supermercado Confiança em São Luís, ele tinha em São Mateus, ele tinha antes uma rede. Dessa grossurinha, mas era uma praga. Quando eu estava na frente do Sindicato nós chegamos a desapropriar 3 áreas que ele dizia que era dele para essas bandas daqui (Itapecuru), áreas essas que ele nunca mais entrou. Em uma das audiências que ocorreu em Vargem Grande, Sindicato de Presidentes Vargas me ajudou, 'Justo eu vou entrar contigo aí' (setembro 2017).

A ENTRADA NO SINDICATO

Agora diante dessa situação que começou justamente do movimento de 1980 a 1981, em 1984, entrei no sindicato daqui e na diretoria do sindicato como sócio. Entre 1984 e 1987, eu fui presidente aqui nessa diretoria de sindicato, aí a gente já tinha um grupo, já tinha um grupo, depois do cara que fundou, que nós entramos, o companheiro Libânio, de Santa Rosa, o companheiro Maurino, de Outeiro dos Nogueiras. A diretoria do sindicato, nessa época, porque não tinha nada, era formada só com 3, só nós 3; e nós ficávamos vez lá um, outro ia pra roça, aí nós ia revezando, a gente era tesoureiro, era presidente, era secretário, era tudo e o movimento andava, aí foi que nós entramos com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e aqui teve um advogado, que se chama Benedito Jesus Nascimento de Coroba, ele se formou nessa época da maior perseguição aqui e foi o maior advogado que ajudou a nos defender. E nós, enquanto estivemos na diretoria do sindicato, foi que foram desapropriadas várias áreas, a gente foi tirando esses caras pra fora, que justamente o nome dessas áreas tão aí detrás aqui (documento anexo).

Duma pancada, desapropriou... cinco mil e poucos hectares de terras

foram desapropriadas, e daí nós fomos caminhando até o total da área, nós fomos desapropriando, nós tínhamos uns caras bons também, tinha o INCRA, tinha os advogados da CPT e tinha o Coroba, que justamente daqui, e depois o Pedrosa também começou nos ajudar nessa questão.

O importante que a gente participou nessa luta, como a gente do sindicato, lutar pela luta, lutar pela terra e também pelas políticas públicas das comunidades. A gente reunia as comunidades para fazer um diagnóstico da situação a respeito do porquê, saber que as políticas públicas são um conjunto de coisas, é saúde, educação, moradia e tudo, então nós fazíamos levantamento e encaminhávamos para os gestores públicos, nós tínhamos uma luta não só pela terra, porque a gente ter a terra e sem ter condição de trabalhar nela, fica mais difícil (Janeiro 2019).

Quando eu estava no sindicato, nós fazíamos o levantamento da situação das famílias que moravam lá dentro daquelas fazendas e encaminhávamos pro INCRA pra fazer o pedido de desapropriação. Teve muitas pessoas que foram despejados aqui, daqui de um povoado, aqui eles trouxeram do Sobradinho e botavam as famílias no sindicato tudinho ... sem nenhuma estrutura de vida, isso aconteceu em vários, porque na fazenda não se podia entrar assim, agora a gente quando era despejado uma família, tinha que os órgãos tomar posição e a igreja, ia era todo mundo tomar posição e muitos despejados voltavam, as vezes pra lá (Setembro de 2017).

PARTE 4

“MEU GABINETE PASSOU A SER AS COMUNIDADES”: UM VEREADOR NEGRO E LAVRADOR

SE CANDIDATAR: UMA DECISÃO COLETIVA

O que tinha na minha cabeça, que era implantado, é que a política é coisa suja, e coisa do demônio, de quem não tem responsabilidade. Então eu levei um tempo para decidir isso aí. Teve um encontro em SP dos bispos do Brasil, o tema era esse: a participação na política. O bispo que assessorou, ele dividiu os grupos para ver as sugestões, estávamos 12 [pessoas] aqui do Maranhão... Veio o relatório das sugestões, dos pontos de vista de cada um dos bispos e dos lavradores. ‘O que era a política?’ Para ver se era essa questão mesmo, se era o bicho, era o demônio... O bispo disse: ‘A política, ela é coisa santa... a politicagem não, é coisa do demônio... Porque Cristo foi político quando reuniu seus discípulos para serem libertos... essa é a política verdadeira, que se chama política social, agora a politicagem não, essa que mente, essa que rouba... essa que compra o voto, que compra a dignidade da pessoa, faz a cabeça das pessoas. Ele não deixa ser escolhido, ele se escolhe para se apresentar... essa é a politicagem...’ Agora, ele disse que em termos de município, estado, país... se a gente que tem um trabalho de conscientização, que a igreja faz, não ocupa o espaço, sabe quem vai ocupar? É quem não tem responsabilidade. Foi concordado isso, que nós que temos, não para se corromper... ai veio a ideia de minha cabeça, com essa proposta aqui, o bispo de nossa diocese, com bispos de outras dioceses, menos de Viana, tomaram a decisão que devíamos entrar na política, tanto é que o bispo Dom Reinaldo ... depois que fomos eleitos, tinha reunião com todos os vereadores da diocese. Se não tivesse essa posição dos bispos do Brasil, os outros bispos não tomavam posição... de que nós devíamos entrar na política, que é um instrumento em todos os níveis, nós devíamos entrar no sindicato, que é uma ferramenta em defesa do trabalhador rural, senão tivesse essa decisão, a igreja não tomava pé. Até certo tempo, de um tempo para ca, é vendida para prefeito, o escambal... dai que começou.

A nossa discussão levamos para o sindicato e houve assembleia geral... foram aprontados 3 nomes para eleger um vereador... do Libânio, da

comunidade de Santa Rosa dos Pretos, do finado Davi, que era da ACR, que já morreu, e eu... Eu em primeiro lugar.

‘Eu acato a decisão com uma condição... eu tenho dia que nem casa para comer não tenho... a campanha vai ser feita por nós. Eu vou enfrentar essa batalha, mas vou fazer isso.... não tem nada não’.

Essa foi a decisão. Quando eu fui eleito, eu fiz uma proposta de chamar as comunidades e depositar um total de dinheiro para quando desse os dias de sessão, eles me acompanharem na câmara. Ai não deu certo, tive que conversar com eles de novo, que eu não aguentava, o salário era pouco, eu tinha que fazer um acompanhamento com as pessoas no INCRA, no ITERMA e era pago por mim, fretado o carro por mim, para contribuir para as comunidades me acompanharem, não tive a condição.

Eu pensei em retribuir de outro jeito. [...] foi uma maneira muito diferente do que se vive hoje. [...] eu sai não deixei conta gorda. Da primeira eleição, deixei conta numa farmácia.. quando sai, tive que trabalhar dois meses no Piauí. Do outro mandato, eu investi nas viagens no INCRA. (Áudio 19, 06.02.2020)



Seu Justo vereador. Foto: arquivo de Seu Justo.



Seu Justo exercendo o cargo de vereador. Foto: arquivo Seu Justo.



Seu Justo exercendo o cargo de vereador. Foto: arquivo Seu Justo.

O GABINETE

Eu fui vereador duas vezes, pelo PDT e pelo PL, que me parece que não existe mais hoje, assim eu cumpri dois mandatos diferentes. Eu fui discriminado nessa câmara, porque aqui nessa época eram 13 vereadores e cada um tinha um gabinete, e como eu era o primeiro negro que ocupei uma cadeira naquele poder legislativo, eu não ganhei um gabinete para eu receber meus negros, receber os lavradores, eu não ganhei.

Eu sempre fui de oposição e eu fiquei sendo discriminado alí e quando foi um dia eu conversei com o presidente da câmara e reclamei para ele no gabinete dele e disse umas duas coisas para ele, falei que o poder que ele tinha era o mesmo que eu tinha, então se ele foi eleito através do voto, e eu também, então se eu tinha que respeitar ele, ele tinha que me respeitar também.

No outro dia, tinha um gabinete com uma placa no meu nome, mas eu tirei o mandato fora. Então o meu gabinete passou a ser as comunidades, e por essa razão voltei a ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e foi quando a gente desapropriou na nossa comunidade lá no Tingidor (setembro de 2017).

A DISCRIMINAÇÃO

Eu fui em muito encontro em Chapadinha, era numa época de festa de festejo e tinha um deputado, me esqueço o nome dele, que era lá de Chapadinha. Houve um leilão. [...] O cabra que tava gritando não me reconhecia e disse assim: ‘agora a gente vai ver, porque aqui nós temos um deputado e um vereador’. Eu estava detrás dele, ele olhava por cima de todo mundo e a vista dele nunca bateu em mim, pode dizer será esse, quer dizer, na visão dele, negro não pode ser vereador e que o vereador que estava ali, não era negro.

Na saúde, eu cansei de chegar tanto em São Luís como aqui, pra ser atendido, chegava um branco mais ajeitado diziam... ‘vem aqui, traz seu documento aqui’. [...] Chegou um que trabalhava, que antigamente

chamava Sucam, que mora bem perto. Eu já tava sentado, depois chegou um jovem, bem pronto, bem claro, eu já tava sentando, aí ela disse pro cara que trabalhava na Sucam vem aqui, me dá seu documento, eu sentado, depois atendeu outro. Eu: ‘minha senhora, vou lhe fazer uma pergunta pra senhora, aqui atende é por ordem de chegada, por prioridade ou por cara?’ Porque se for por ordem de chegada, eu cheguei primeiro; se for por prioridade, eu sou idoso e deveria ser atendido; agora se é por cara, e mesmo embora não sendo considerado que minha cara é mais bonita, mas eu considerado que minha cara pra mim é bonita’. – ‘Não, não senhor!’ Quer dizer, hoje ela me respeita, hoje eles me respeitam. Então não foi só na câmara, mas em qualquer repartição pública, a gente, negro, é assim. A não ser que você tenha um grupo lá que conheça você, mas é sim.

A vantagem que eu tive como vereador da câmara é que vários empresários aqui respeitam a gente: ‘Êhh seu Justo...’, na hora que me veem, respeitam! Isso ficou ainda, mas outro que não me conhece, chega dá uma rodada assim, o cabra chega ali vem fala com ela, fala com ele, fala com ele, não fala com você. É verdade isso hoje, desse jeito que eu to lhe dizendo, mas... (Janeiro de 2019).

POLÍTICA E DIGNIDADE

Meus dois filhos, que fizeram parte desse parlamento da vida e não se venderam a tempo nenhum e tiveram propostas, houve momentos em que criaram uma CPI na câmara para caçar o mandato do prefeito. [...] A câmara se reuniu para sortear os vereadores, para saber quem podia ser relator, e foi o meu filho o relator, e o prefeito foi lá onde ele, todos os dois, porque eles são muito unidos, o que um tem o outro tem. [...] E foi onde meu filho disse: ‘olha o que você está oferecendo para nós, pague os funcionários que estão atrasados’. E ele disse para ele (meu filho): ‘se tu não sair da posição de relator, eu vou prejudicar teu pai’. Porque quando eu entrei na câmara tinha um projeto de lei que dava direito ao vereador com 60 anos de idade e com dois mandados se aposentar com 60% do subsídio de vereador, eu conquistei isso, e ele disse: ‘eu vou prejudicar teu pai’. Mas meu filho não se omitiu e nós 3 andamos de peito erguido, então vamos tirar a foto juntos e dizer esses todos, os 3,

foram parlamentares e não se corromperam, não se venderam e nunca saíram da roça, eram parlamentares aqui, mas nunca saíram da roça e na roça estão e eu não estou, porque não posso mais.

Então, diga que esses 3 foram parlamentares e não se corromperam e não venderam sua dignidade e nem a sua personalidade (Janeiro de 2019).



Seu Justo com os filhos Aldeiran dos Reis Conceição e Aldemir dos Reis Conceição, 2019.
Foto: Marcelo Cruz.



Gostaria de agradecer a Deus pela realização desse livro. Agradeço pela minha família, a Igreja, a todas as comunidades e todas as lideranças, que unidos lutamos por aqueles que precisaram. Agradeço também, a Cíndia e Sislene. E em nome do Fórum e Redes quero agradecer ao Dr. Jorge Moreno e família, e ao Dr. Iriomar, assessor jurídico do Fórum e Redes, e também ao Marlon, pelo valor e importância que me deram dentro das comunidades.

PARTE 5

SEU LIBÂNIO E A LUTA COM SEU JUSTO

Eu acho, que no momento, o agradecimento de Justo... é agradecer nessa passagem! Eu quero voltar o mesmo agradecimento para o Justo, porque Justo foi justo novo e ainda tá sendo justo, velho, o mesmo companheiro de luta, Justo ele nunca temeu a luta, e ele nasceu para lutar. E não foi só Justo que construiu a luta, construímos a luta juntos, passamos pela ACR, passamos pelo Sindicato, passamos pelas comunidades de base (CEBs) e chegamos com Justo até a câmara de vereadores. E foi o Justo que nunca separou, que nunca nos separou da luta. O Justo é o homem que se convida e sempre tá na luta, agora, eu estou sentindo falta de Justo, porque Justo não tá mais na luta e eu também estou saindo da luta, mas com certeza na nossa alma... ainda vamos lutar juntos, porque Justo é um companheiro que não é negativo! O Justo é positivo, ele nasceu na positividade da luta, lutamos pelo sindicato, conquistamos o sindicato, na ACR, uma peça fundamental o Justo. Então, aonde convidava Justo e ainda hoje não tem mais como convidar, mas eu quero que Deus convide ele com o censo que ele nasceu de luta, de luta, um homem lutador, Justo luta não pela morte, Justo luta pela vida! Justo luta por uma sociedade livre! Justo luta para não ter a corrupção que hoje nós estamos vendo cada vez mais, e essa corrupção, e eu fico pensando aonde é que está tu Justo? Nessa corrupção que tá hoje passando, nesse desrespeito que tá hoje, aonde é que tu te coloca Justo? Aonde é que tu estás? Esperamos Justo uma resposta desse livro... que hoje tu tá tendo publicado com a capacidade que você tem de luta e com o amparo que você lutou para amparar famílias e famílias, e não foi brincadeira não... Justo, tu deu a vida pra luta!

Ele foi perseguido, Justo foi perseguido, o movimento escondia Justo por causa dessas vezes de luta. É tempo que ele estava com a gente no Sindicato, ele não foi o fundador do Sindicato, ele não foi o fundador não, ele veio pegar da luta do Sindicato, toma com a Igreja, e mudar o sistema do Sindicato, não só desse de Itapecuru, mas, isso foi uma rede de luta com os outros que não foi só esse sindicato daqui, até no Piripiri por lá no Ceará tudo a ACR cobria os movimentos aonde tinha pessoa que de lá do Ceará e de outros lugares que nos acompanhava. Então tinha essas coisas lá errada lá, então a gente saía daqui para conversar com as pessoas lá, com o

peçoal, para mostrar a realidade, que eles que são de casa não faz milagre tá? Era obrigado se fazer isso, ele não foi fundador do Sindicato, mas foi um lutador para tirar os grileiros de dentro do Sindicato, isso através da consciência que ele tinha e não era só ele, Davi, como já falei, Cilene e outros mais, o peçoal de Pernambuco, a gente se encontrava demais, Minas, então era uma rede de arrasto! Agora Justo ele era... tinha a posição dele mesmo, ele não temia, ele não temia Prefeito, assim não desrespeitando sabe? Mas na base de ser homem para mostrar a razão. Nós tínhamos um Juiz de direito que chegou querendo é predominar as coisas diretamente e ele (Justo) pediu uma audiência com esse Juiz, com o Doutor e ele cedeu um dia para Justo Evangelista Conceição e nós fomos pra lá, eu fui, eu, Justo, eu não sei se Benedito tava ou se Davi estava, por ai assim, eu só sei que nós tivemos uns quatro a cinco com esse Doutor, só que quando ... nós era assim um que tomava de conta da posição, outro ficava observando... que assim a gente tinha a maneira de trabalhar, quando a gente saiu de lá e ele conversando com ele, com o Juiz, depois ele mandou chamar Justo, e ele, o Juiz de direito, não aguentou a sapatada de Justo, de Justo ... porque Justo tem bagagem, Justo tem bagagem, Justo não é Justo a toa não, Justo é justo puro... Justo é justo puro ... então a postura de Justo, Deus deu, e só Deus pode tirar justo, então são dessas maneiras.

Onde tinha luta, ele estava, o rural daqui do município, aonde tinha problema, Justo estava lá, Justo estava lá e reivindicando, se falta um colégio, porque que não tem lá, Prefeito se via doido, Prefeito com nós... porque nós ia era para a rua mesmo, então criamos essa força, agora tem eu e Justo, ele tá lá e eu estou aqui.

Então desse jeito Justo é, eu acho que de Justo eu quero muito agradecer a companhia de Justo, Justo você merece o que Deus vai te dar, porque Justo é justo de luta, Justo é justo de luta e de amigo, só quem não gosta de Justo são os fazendeiros, esses latifundiários não gostam de Justo, porque Justo não defendia latifundiário não! Então por isso eles não gostam de Justo, mas o mais eu tenho certeza que... nós chegamos um dia aqui, tava seu Valmir com a cerca bem ali dentro do povoado Ribeiro e eu mais Justo e Elesbão fizemos uma reunião lá no Ribeiro, conversamos com o peçoal do Ribeiro e dissemos, Justo disse: 'arranca esse mourão'¹⁰ daí e deixa a questão com nós.' Eles arrancaram e até hoje esse peçoal tá lá e até hoje nunca mais eles foram botar cerca lá, Justo tora de luta de Justo e eu tenho muito que agradecer Justo.

10. Mourão são as madeira dos cantos das cercas que as sustentam.

POSFÁCIO: SAUDAÇÃO AO SR. JUSTO

Aniceto Cantanhede Filho¹¹

Conheci Justo Evangelista da Conceição em 1997. Nessa época atuava como antropólogo que assessorava o Projeto Vida de Negro, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e do Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN. A atuação do PVN visava dar assessoria a comunidades quilombolas em suas lutas pelo reconhecimento de seus territórios. O PVN era coordenado por Ivan Rodrigues Costa (já falecido), com quem militávamos no Centro de Cultura Negra do Maranhão. Com Ivan e outros integrantes do PVN íamos às sedes de municípios com indicação de presença de comunidades quilombolas para entrar em contato com sindicatos de trabalhadores rurais para indicação de situações de comunidades quilombolas em conflito. Em Itapecuru-Mirim fomos encaminhados para conversar com Justo da Conceição.

Como militante do CCN, desde 1988 eu já havia ido a Santa Rosa, comunidade quilombola em Itapecuru-Mirim. Então já conhecia Libâneo Pires, Benedito Belfort e outras lideranças daquela comunidade. Mas foi Justo da Conceição que nos introduziu a uma dezena de outras situações com que passamos a trabalhar. Com ele fomos pela primeira vez ao território que engloba as localidades de Morro, Santa Joana, Mandioca e Santa Maria. Nessa viagem ele nos levou ao Tingidor, que fica um pouco mais à frente na estrada que dá acesso a Morro e daí às outras localidades. O Tingidor, onde ele nasceu e que se refere no texto de seu relato que foi coletado neste livro. Justo da Conceição era já um velho lutador no sentido de ter uma experiência, uma vida de luta e uma formação nas lutas do mundo rural.

O Projeto Vida de Negro se confunde com a história do CCN. O CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão é uma organização do movimento negro baseada em São Luís, fundada em 1979, pioneira no trabalho de articulação do que veio a resultar no movimento nacional das chamadas comunidades quilombolas.

Em 1999, quando fui membro da coordenação geral do CCN encontrei

11. Antropólogo. Professor do Departamento de Ciências Sociais/UEMA.

em seus arquivos projeto de pesquisa datado de 1980 que propunha pesquisar sobre as então chamadas comunidades negras rurais do interior do Maranhão. A principal idealizadora da criação do CCN, a pesquisadora Mundinha Araújo, tinha esse interesse. Seu primeiro presidente, o médico Luís Alves Ferreira (recentemente falecido), era oriundo de uma dessas unidades sociais que foram mais tarde reconhecidas como quilombolas. Os primeiros anos do CCN foram pautados por um investimento em grupo de estudo sobre a questão racial.

Em 1986, na gestão de Magno Cruz (já falecido), o CCN promoveu o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, preparatório para subsidiar as proposições do movimento negro em âmbito nacional que pudessem ser encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. Para isso, uma equipe de militantes viajou para o interior do Estado para, por meio de sindicatos de trabalhadores rurais e casas paroquiais, estabelecer contatos com lideranças das então chamadas comunidades negras rurais e convidá-los a participar desse Encontro.

A realização do Encontro contou com a participação expressiva dessas lideranças, resultando em proposições que vieram a dar no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Era o tempo dos encontros promovidos pelo CCN e realizados no Centro Pirapora, da Igreja Católica, localizado no bairro do Santo Antônio, em São Luís. Temos aí dois vieses da mediação: um é a formação política de uma liderança como Justo da Conceição, egresso das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica. A outra, é a mediação operada pelo próprio movimento negro.

Os mediadores tradicionais das sociedades camponesas eram os mercadores, os sacerdotes e os grandes proprietários. Os mercadores circulavam relativamente às praças de mercado, os sacerdotes estavam referidos a autoridades transnacionais e os grandes proprietários estavam referidos a uma vida mundana, à metrópole, etc. Esses três mediadores faziam a ligação entre o mundo rural e a grande sociedade como um todo. Quando mercadores e grandes proprietários figuram entre os principais antagonistas do modo de vida das unidades sociais reconhecidas como quilombolas, essa mediação fica restrita aos sacerdotes.

Segundo Almeida (1993, p. 14) “tem-se nos trabalhos de ALAVI e WOLF

uma recuperação dos mecanismos de enfrentamento dos movimentos camponeses, segundo determinações econômicas, indissociáveis das características políticas das instituições mediadoras em jogo”. Mas, ao contrário do que colocam esses antropólogos, “não se registra uma ação permanente de partidos políticos junto a movimentos camponeses, nem tampouco formulações acabadas a eles atribuídas, quando se estuda os conflitos sociais no caso brasileiro” (ALMEIDA, 1993, p. 15). E que “dentre as instituições com função mediadora no campo, ressalta a Igreja Católica, que não constitui exatamente o tipo de instituição militante referida por aqueles autores” (ALMEIDA, 1993, p. 15-6). Então Almeida diz que “a passagem de uma existência atomizada para uma existência coletiva pressupõe necessariamente” (citando Bourdieu) “a ação de mediadores, em diferentes contextos históricos” (ALMEIDA, 1993, p. 16).

O CCN, enquanto organização do movimento negro, atuou como mediador. Mas não seria o caso de pensar líderes como Justo da Conceição performando eles mesmos esse papel de mediadores, plasmando essa passagem, não de existência atomizada, mas de lutas singulares e isoladas de unidades sociais quilombolas para uma luta mais coletiva, que expresse uma abrangência, se não no mesmo âmbito de seus antagonistas, mas, pelo menos, em âmbito estadual e nacional?

Em 1988, como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH já tinha contatos e gozava da confiança de agências que financiavam projetos sociais, essa organização encampou a equipe do CCN no que ficou conhecido como Projeto Vida de Negro – PVN. Eu me integro ao PVN como antropólogo em 1997. Pude então participar dessas ações com Ivan Costa e outros companheiros do CCN.

Justo é da geração de lideranças quilombolas tais como Claro Ferreira da Costa, Maria de Jesus Bringelo (recentemente falecida), Manoel Silva, o Bié (também falecido), Inácio Ribeiro, além dos já citados Libâneo Pires e Benedito Belfort, antecidos por outra geração em que podem constar Edésio Sousa, João Palácio, João Patrício, e sucedidos por lideranças como Nice Aires, Ednaldo Padilha, Ivo Fonseca, Anaclética Pires, dentre outros.

Se antes havia uma referência intelectualizada ao mundo referido a essas lideranças mais detido ao campo da religião, da magia e da cultura, esses líderes, articuladas por ativistas do CCN, são os agentes sociais que provocam uma ruptura nas classificações. Trazem à baila o mundo do

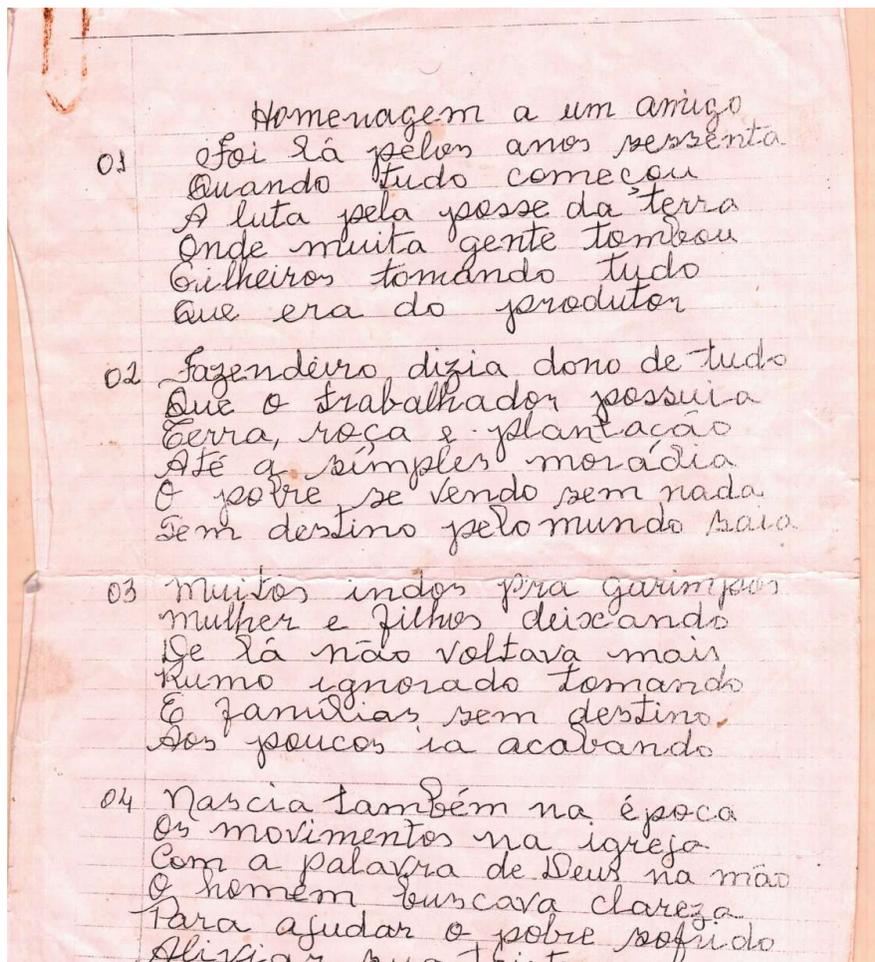
conflito pela terra, que vai desembocar no uso da noção de território e daí para uma discussão em termos de política. Justo da Conceição quando se integra ao movimento quilombola mais amplo, já tem uma sólida formação política. Traz essa contribuição, enquanto aqueles que estavam profundamente referidos às situações concretas de lutas de suas unidades sociais específicas, foram se formando no contato com outros com mesmos problemas referidos a suas respectivas unidades sociais. Como se poderá ver na leitura deste seu livro, Justo é mobilizador habilidoso, de fala tranquila, não é uma liderança que impõe aos outros suas ideias, mas tem consciência de que em determinadas situações, posições mais enérgicas tem que ser tomadas.

Justo da Conceição sempre foi elogioso com respeito ao PVN e sublinhou sempre que foi através do PVN e suas reuniões que ele incorporou a identidade quilombola. A consciência étnica tornou-o mais autônomo face a mediadores da Igreja Católica, mais atento face aos atos governamentais de inspiração colonialista, que dificultam a aplicação dos direitos territoriais, e mais crítico face ao racismo sobreposto às formas de dominação econômica. As reivindicações econômicas não se dissociam das demandas identitárias, em virtude disto os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais permanecem sendo formas político-organizativas essenciais para encaminhar lutas quilombolas. Justo da Conceição torna-se líder quilombola sem deixar de ser líder sindical.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, A. W. B. de. Conflito e mediação. v. 1. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MN-UFRJ. 1993. 463 p.

ANEXO 1 – CORDEL HOMENAGEM A UM AMIGO



05

No meio de grandes lutas,
Heróis da história surgia
Pessoas de garra e coragem
Para lutar não temia
Com força, fé, esperança
Muitos a vida perdia

06

Nos estados brasileiros
Muitos se destacaram
Com apoio da igreja católica
Pela terra eles lutaram
Alguns perderam o que tinham
Outros na terra tombaram

07

Foi aí que veio a idéia
De outros meios procurar
Junto aos padres e igrejas
Ter mais força para lutar
Surgiu também lideranças
Para tudo organizar

08

O trabalho de catequese
Já na paróquia existia
Onde famílias ao domingos
Para fazer oração reunia
E juntos com seus líderes
Os problemas também discutia

09

Foi criado em Tingidor
A comunidade Central
Onde seria os encontros
mesmo que fosse anual
Para discutir com o grupo
O assunto então principal

10

Os grupos cada vez mais crescia
É difícil aqui destacar
Pessoas que faziam parte
Do trabalho no lugar
Muitas mulheres guerreiras
Algumas aqui vou citar

11

No Tingidor dona Luiza
Nas Pedras, Deda e Claudina
No São Bento, Mulata e Carlinda
E na Fazenda Dourinha
Seguindo até Monte Cristo,
Chiquita não lava sozinho.

12

Com movimentos da Cebes
E da Evangelização
Todos trabalhando juntos
Numa grande animação
Unidos com ACR
fazendo mais forte a união

13

Com o trabalho da ALK
muita gente despertou
É em defesa da Terra
Ninguém mais se acomodou
Com ajuda das igrejas
É a proteção do Senhor

14

Como companheiro de luta
Alguns padres destacaram
Miguel, Bula, e João Maria
Junto com o povo lutaram
Godofredo e irmã Dorot
Na guerra também entraram

15

Algum tempo depois
Irmã Dorot a vida perdeu
No estado do Pará
Onde ali ela viveu
É com um tiro no peito
Em uma fazenda morreu

16

O padre José Albino
Que nesta paróquia morava
Dava apoio aos mais sofridos
Nas lutas que enfrentava
Conscientizando o povo
Nas missas que celebrava

17

Com seu companheiro Clover,
Conhecido por sacristão
E dona Maria José preta
Companheira de missão
Era quem cuidava dos cantos
Em toda celebração

18

O povo não tinha transporte
Cavalo era a montaria
Para chegar nos lugares
Passavam dois ou três dias
Isso conforme a distância
Da comunidade que ia

19

Aconteceu também na época
A santas missões popular
Começando no Tingidor
Com gente de todo lugar
Durante uma semana
Todos juntos pra orar

20

Algum tempo depois
Em Coratá chegava
Era o Bispo D. Rinaldo
Uma diocese formava
Com as cidades ao redor
Todos juntos trabalhava

21

Com a morte de Reinaldo
Assumiu D. Sebastião
Um homem de muita fé
Também de bom coração
Erazendo a voz do pastor
Como forma de oração

22

Leendo o evangelho do dia
Vários exemplos nos dá
Através das histórias que conta
Na hora do levantar
Como é lindo a cada manhã
Cusir nosso pastor pregar

23

Agora mudamos um pouco
Para de um líder falar
Por tudo que fez por aqui
Quero um pouquinho contar
O quanto ele foi importante
Vale a pena destacar

24

Nas comunidades de base
Muita gente trabalhou
Não dá pra citar os nomes
Nem as marcas que deixou
Apenas vou falar de um
É como de tudo cuidou

25

Esse homem tão sincero
Meu amigo vou chamar
Justo Evangelista seu nome
A quem aprender respeitar
Desde quando conheci
Seu jeito de trabalhar

26

Ele trabalhou com os padres
Assunto de religião
Também defendeu a terra
Que pertencia aos irmãos
De tudo ele entendia
Em defesa do povoão

27

Foi também no Sindicato
Que muito se destacou
Em briga com fazendeiros
Ele também enfrentou
Em defesa do seu povo
Com muita garra lutou

28

Ele também defendia os negros
Dizendo sua classe ser
Nunca negou sua origem
Gosta muito de dizer
Sou negro com muita honra
Por isso me dá prazer

29
Foi quando entrou na política
muita gente se enganou
Achando que não seria mais
aquele homem de valor
Esquecendo o povo humilde
Por ser um Vereador

30
foi realmente um engano
Ele lá não foi vendido
Enfrentou dificuldades
foi por alguns esquecidos
Na Câmara não teve mérito
Touca gente sabe disso

31
No seu primeiro mandato
Passou grande humilhação
Todos tinham um gabinete
Somente ele tinha não
Mesmo assim continuou
Para cumprir sua missão

32
Saiu daquele mandato
mais ou menos como entrou
Sem dinheiro em poupança
Mas sua moral preservou
Sempre de cabeça erguida
Outro campanha enfrentou

33

fui eleito novamente
Para aquela casa voltou
Dando continuação ao trabalho
Que na câmara começou
Alegrando o seu povo
Que nele acreditou

34

Com toda moral que tem
Seus filhos na política entraram
Os dois também foram eleitos
E o nome de seu pai honraram
Também naquela câmara
Sua marca lá deixaram

35

Sendo ele ~~um~~ homem de bem
Seus filhos souberam educar
Junto com esposa Silvéria
A segurança do lar
Sempre associando a família
Sem deixar nada faltar

36

Aqui termino a história
Como uma linda viagem
Falando de um grande homem
Também de sua imagem
Por tudo que ele fez
Sua determinação e coragem

ANEXO 2 – ASSENTAMENTOS



Eu, Justo Evangelista Conceição, lavrador aposentado, casado, natural de Itapeuru-Mirim-MA, nasci no povoado Tingidor em 1935.

De 1963 a 1966 ingressei nos movimentos da igreja, CEBs (Comunidade Eclesial de Base), participando de reuniões nas comunidades do município e de outros municípios, e de encontros estaduais e regionais. Em 1967 fiz parte da ACR (Animação dos cristãos no meio rural) participando da coordenação nacional no nordeste, com o objetivo de articular o movimento nos estados, com reuniões e encontros estaduais, regionais e nacionais. Era um movimento voltado para os trabalhadores da zona canavieira, para as mulheres queiladoras de coco, os deixadores e as pessoas mais humildes, tendo em vista que nos estávamos vivendo em plena ditadura do regime militar. Na mesma época ingressei na CPT (Comissão Pastoral da Terra) como membro da diocese de Corcoba, em que nessa mesma época foram tombados muitos lavradores, padres e lideranças sindicais. Tínhamos como apoio da igreja Frei Goldofredo, Padre João Maria, Padre Raimundo e Gabriel, Padre Paula, Padre Miguel, Padre Claudio e os bispos de várias dioceses, também tínhamos o apoio da irmã Dorothy, irmã Júlia e outras. Nesse período fomos ameaçados e perseguidos pelo Regime militar e os movimentos tiveram uma brechada, vinhamos retornar com as atividades





mais fortes, em 1977 em diante com a CPT, ACR e as CEBs. Na época a igreja se organizou em defesa dos mais humildes.

Em 1980 a 1981 houve uma ação discriminatória de terra nos municípios de Santa Rita e Itapicuru-Mirim, em que eu mergulhei nessa luta fazendo declaração nos cartórios do município, em razão do avanço dos latifundiários em nossas terras, que diziam que não existia morador nessas áreas. Eu declarei nos cartórios que existiam moradores nessas áreas desde o tempo dos escravos. Tive grande apoio de assessores jurídicos da CPT, da Arquidiocese de São Luís e da diocese de Lorotã, porque o sindicato não se mexia. Nessa época recebi ameaças de morte por parte dos fazendeiros e coronéis de terra, momento em que eu tive que fugir para Tanguá Grande e de lá fui para Lorotã onde fiquei uma semana escondido. Mataram meus animais, me proibiram de fazer roça e reformar minha casa. Voltei para casa após uma grande manifestação que a comunidade fez, e enquanto os homens reformavam a minha casa, as mulheres vigiavam as entradas para evitar se vinha algum adversário. Meu filho mais velho se envenenou enquanto colocava veneno nas pragas, só não morreu porque os companheiros o levaram para o hospital em Itapicuru-Mirim. Diante de tudo isso, agradeço a Deus por uma mulher que tinha na





Handwritten text: "Handwritten 3" with a small graphic of a person's head.

época e tenho até hoje, que é a dona Silvaria dos Reis
Beneição, minha esposa, que ficava vizinha em
casa com os nossos filhos, cuidando deles nos traba-
lhos de casa e da roça e que me disse uma vez que
se eu morresse nessa dita, ela iria assumir porque
valia que essa dita era justa.

Em 1984 entrei no sindicato dos trabalhadores
rurais de Itapeuru-Mirim como sócio. De 1994 a
1997 fui presidente do sindicato. Tinha um grupo com
grandes parceiros, Davi do Olho D'água, Maurino
do Oitiro dos Noqueira, Dilibiano de Santa Rosa e outros.
Foi desapropriada várias áreas de terra com o
apoio de um advogado que não media distância para
defender o direito dos lavradores na polícia e na
justiça, ninguém mais foi preso ou expulso de sua
terra, esse advogado chamasse Benedito Corôla. Em
1997 eu já participava do movimento negro no esta-
do, em defesa dos quilombolas. Nessa época fui um
dos fundadores da união das associações das comuni-
dades negras rurais quilombolas do estado do Maranhão,
fui diretor de finanças numa comissão provisória que
foi criada e que depois foi reconhecida e registrada
em cartório.

Em 2004 de um curso de agentes populares
de direito de acessoria a populações tradicionais,
promovido por dois assessores jurídicos, sendo





Stay Positive & study hard!



eles, Rodrora e Jose do Larma, esse curso tinha a participação de vários dirigentes de comunidade do estado do Maranhão, e tinha como objetivo a capacitação dos dirigentes, acompanhar e defender as comunidades em qualquer instância com o conhecimento das leis, e dos nossos direitos que na maioria das vezes está acima das leis.

Em 2005 foi criado em nosso município o conselho de desenvolvimento rural sustentável de São Pedro-Mirim, CMDRS e FUMAC. Hoje visto a implantação do projeto de desenvolvimento integrado do Maranhão, PROOIM, com o objetivo de acompanhar a implantação dos projetos inseridos no nosso município e para reivindicar a implantação das políticas públicas do governo estadual e federal.

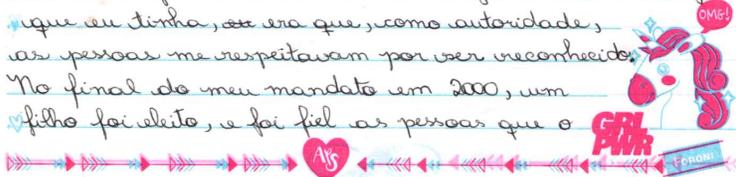
Levando em conta que eu exerci o mandato de vereador de 1989 a 1992 e 1997 a 2000, o motivo que me levou a entrar na política partidária, foi que se nós não ocupamos os espaços das repartições públicas com compromisso e responsabilidade, outros que não têm ocupam. Não entrei para beneficiar a mim próprio, nem a minha família, e sim aqueles que necessitam de voz e vez. Eu visitava as comunidades, olhando as situações delas, discutindo essa realidade, partindo desse conhecimento e da reivindicação deles, eu fazia requerimento e outros pedidos para nossa comunidade





Hand drawn 8 weeks 4 quill

e para a cidade, e encaminhava para o prefeito, as secretarias ou a quem coubesse as reivindicações e o mais importante, no meu ponto de vista, eu e outro vereador entramos com dois projetos de lei: o primeiro era para que qualquer presidente ou representante da sociedade civil como um todo, tivesse o direito de usar a tribuna livre, no mínimo cinco minutos, desde que não fosse para falar de seus interesses, e sim os de sua comunidade ou da nossa sociedade, esse projeto foi aprovado e até hoje esse direito existe; o outro projeto de lei dizia que nenhum funcionário público municipal deveria ganhar menos que um salário mínimo da época, em que eles ganhavam metade, infelizmente esse projeto não foi aprovado. Também fiz parte da comissão de sistematização que criou a lei orgânica da Câmara, não tive a felicidade de ser um presidente ou relator e sim um membro. Foi um momento de sofrimento e discriminação, acho que pelo fato de eu ser negro, entre os treze vereadores no meu primeiro mandato, doze receberam opiniões com toda estrutura, somente eu que não recibir um e tinha que ficar atendendo as pessoas no corredor. No meu segundo mandato eu tive opinião. A vantagem que eu tinha, ~~se~~ era que, como autoridade, as pessoas me respeitavam por ser reconhecido. No final do meu mandato em 2000, um filho foi eleito, e foi fiel as pessoas que o





Stay Positive & study hard!



elegeram, não se corrompeu, depois entrou outro filho
e nenhum de nós três foi corrupto, não vendemos
nossa dignidade e continuamos com o nosso trabalho
na roça.

[The following text consists of approximately 18 lines of illegible, mirrored handwriting, likely bleed-through from the reverse side of the page.]





Fui fundador da União das comunidades negras rurais quilombolas do município de Itapeva-Mirim, UNIQUITA.

Nas questões da reforma agrária, desapropriaram PA São Benedito, uma área de 5600 hectares contendo oito associações, todas quilombolas.

PA Girola Grande povoado Malvão, 1040 hectares e uma associação.

PA Girola Grande povoado Girola Grande, 1500 hectares.

PA Recanto I, quatro associações, área de 5500 hectares.

PA Olho D'água e Guariba, área de 1500 hectares e duas associações.

PA 5 território Santa Maria dos Pinheiros, área de 1000 hectares e uma associação quilombola.

Mata de São Benedito III quilombola, com um processo de regularização no INCA.

Mata de São Benedito I são 1500 hectares quilombola, já foram retirados três fazendeiros da área e indenizados.

Território Santa Maria dos Pretos, sete associações quilombolas, 5500 hectares, processo de regularização no INCA e três proprietários saíram e foram indenizados.

Santana São Patrício território de 1000 hectares e uma associação.

Todas as comunidades quilombolas



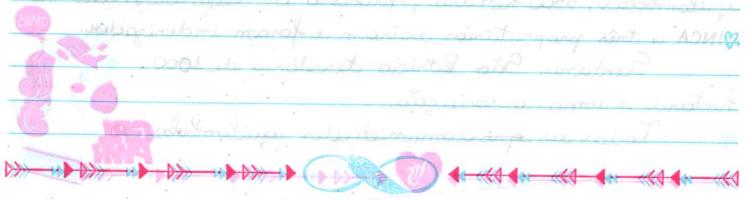


Stay Positive & study hard!



já tem o certificado da fundação cultural PALMARES.
Todas essas lutas foi quando eu estava no sindicato e
quando eu vai a luta continua.

[Faint, mostly illegible handwriting on lined paper]



ANEXO 3 - JUSTO EVANGELISTA, DOUTOR POPULAR!

Das mãos de centenas de lavradores, Justo Evangelista recebe o título de Doutor Popular e Herói do Povo.

Pela equipe de comunicação dos Fóruns e Redes de Cidadania.

Era cedo da manhã quando o carro parou na porta de sua casa e buzinou. Prontamente, o Sr. Justo Evangelista se levantou da cadeira, pegou sua bolsa de viagem, fechou o portão, arrumou o chapéu na cabeça e entrou no veículo. Mal conhecia o motorista, apenas haviam se falado uma vez para confirmar o horário da saída.

A viagem, na qual Justo estava iniciando, era para participar do Encontro Estadual do Movimento Social Fóruns e Redes de Cidadania (movimento atuante no Maranhão, desde 2006, com lutas por políticas públicas e terra). Esta assembleia aconteceu no Povoado de Santa Maria em Urbano Santos, dos dias 27 a 29 de dezembro de 2017.

Já com certas limitações por causa da doença que o aflige, o Sr. Justo suportou mais de 130 km de estrada para encontrar o povo que continuava a luta por ele, inclusive sua caminhada já iniciada há mais de 5 décadas.

Assim que chegou ao destino uma surpresa: centenas de lavradores, dentre homens, mulheres, crianças e jovens reunidos em praça pública para um ato contra a decisão da juíza de Urbano Santos, que deu liminar de reintegração de posse favorável ao “gaúcho” grileiro. Essa decisão ameaçava mais de 120 famílias, pois deveriam deixar suas roças e vidas para o dito cujo plantio de eucalipto, que posteriormente, viraria a servir de produção de carvão.

Seu Justo não escondia a alegria de ver a garra e força dos que falavam ao microfone, denunciando as injustiças do poder público daquele município, do judiciário e do ministério público que perseguiram a comunidade em detrimento de um plantador de eucalipto, que roubou as terras dos agricultores devastando a natureza.

Foi iniciada uma marcha pelas ruas da cidade e Justo acompanhava de dentro do carro. Para ele uma imensa alegria.

Encerrando o ato público todo o grupo se dirigiu para Santa Maria onde, em uma grande assembleia, reuniram-se para atentamente ouvir o lavrador, líder da luta camponesa e quilombola, homem de fé e de uma inteligência inestimável.

Quem coordenava a mesa de abertura do encontro no momento em que Justo contaria sua história era o advogado Iriomar Teixeira, homem de baixa estatura, negro e com uma barba peculiar. Usava um boné verde com estrela vermelha, calça de tecido mole e uma camiseta. Simples e a vontade, o que chamou a atenção de Justo. Dizia este: “Quando me contaram que no movimento tinha um advogado que acompanhava as comunidades eu pensei logo que era um brancão de terno e gravata, nunca imaginei que fosse um negro como eu e que usava a roupa que o povo usa. Estou muito emocionado!”. Depois dessa assembleia, Justo e Iriomar se encontraram por várias vezes e a emoção sempre tomava de conta dos homens que viam um no outro o sonho da liberdade do povo e de suas terras.

Durante a fala do esperado palestrante, que nem se quer queria ser chamado assim, ele sempre citava a Bíblia e fazia a ligação do texto com a vida das pessoas exploradas e oprimidas pelo latifúndio. A primeira citação que fez falou que Deus procurou gente que não sabia ler, mas que tinha a capacidade de fazer aquilo que Ele exigia. Inclusive, Moisés que no início não queria agir, mas, que depois conduziu o povo abriu o mar Vermelho e mostrou a terra prometida onde jorra leite e mel. E completou: “Assim foi comigo!”.

Contou sua história, o início da organização na Igreja Católica e as grandes articulações dentro da ACR (Ação Católica Rural), CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e CPT (Comissão Pastoral da Terra). Com orgulho dizia que esses movimentos foram sua escola e que deram o seu diploma, pois não teve a oportunidade de estudar numa escola do Estado.

Relatou ainda as lutas em Santa Rita, Itapecuru, Pedreiras, em outras cidades do Maranhão e em diversos estados do país, destacando-se como “pivô daquelas organizações” o que gerou várias perseguições e ameaças, obrigando-o a dormir fora de casa, se esconder em outras cidades e mudar toda a sua rotina diária.

Falava da participação da mulher, dos jovens e de homens de coragem

na luta pelo direito do povo. Todos na assembleia ouviam atentos. Em nenhuma outra fala havia tanta concentração e curiosidade pelo fato que seria relatado depois. E quando terminou de contar sua experiência como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e como vereador, encerrou sua participação narrando à história que mais motivou e encorajou os presentes:

“Em nosso povoado tinha um rapaz chamado Diorgenes, ele era canhoto, danado para furar os outros na festa. Quando se ouvia um grito era ele que tinha furado um. Eu me perguntei: O que esse cara faz para furar os outros assim? E logo descobri. Ele tirava a faca e colocava a bainha na mão direita, que era de onde que pensava que ele ia furar, e a faca ia na mão esquerda. E quando ele ia enfrentar um sujeito ele levava a bainha da faca e quando o sujeito pulava para o outro lado, ele metia a faca. Sabe o que quero contar com isso? A lei é a bainha e não a faca. Ela não nos defende. A faca é a nossa organização, porque o nosso direito está acima de qualquer lei”.

Toda a assembleia o aplaudia de pé, por minutos.

Logo em seguida Iriomar Teixeira tomou a palavra e dizia que renovava sua esperança e ânimo de luta com as falas proferidas por Justo Evangelista. Propôs a assembleia que fosse concedida a Justo o título de Doutor Popular e Herói do Povo, assim como outros lutadores já haviam sido condecorados. A sugestão foi aceita por unanimidade e ao final do dia o rito se iniciou.

Seu Justo foi conduzido ao centro do salão por Zé Simão (o primeiro Doutor Popular do movimento) e Iriomar, onde se sentou numa cadeira. Ao redor dele foram formados três círculos, o primeiro com as crianças, o segundo com os jovens e o terceiros com os adultos e idosos. Todos cantavam “nossos direitos vem, nossos direitos vem... se não vir nossos direitos o Brasil perde também!”. A dança em círculos era para simbolizar as tradições africanas de passagem do conhecimento. Depois, de mãos dadas, rezaram o Pai Nosso e, por fim, duas grandes filas se formaram de onde os pares se aproximavam do novo Doutor Popular, no ritmo tradicional da dança de São Gonçalo, para pedir a benção do lavrador quilombola que fez história no Brasil, que enfrentou o latifúndio, o poder judiciário, a polícia, o capanga, a morte... e se tornou Herói do Povo inspirando novas e antigas gerações para continuar a luta contra o sistema que oprime, explora e empobrece o trabalhador.

Em 2019, Seu Justo Evangelista concedeu uma entrevista para o movimento Fóruns e Redes de Cidadania e quando lhe foi perguntado como se sentiu ao receber o título de Doutor Popular, ele respondeu:

“Me emocionei muito. Eu não esperava aquilo. Eu pensei que a homenagem que eu ia receber era uma placa como recebi na assembleia legislativa do Maranhão. Agora, além de eu ter me emocionado eu me deitava a noite e ficava relembrando minha vida e eu não via muita coisa, porque a gente nunca sabe... minha mente não me ajudava mais eu achava que não era merecedor daquela homenagem no momento.

Eu estava me acabando por causa da dinâmica que usaram. Aquela fila de onde vinha um por um pedir a benção e me abraçar. Eu queria que a minha família estivesse ali pra ver. No dia anterior quando veio aquele cartaz com a minha foto, do Vila Nova, Pe. Josimo, Ir. Dorothy, gente viva e gente que já lutou. Lembrei da conversa que tive com algumas pessoas onde eu falava que nós que estamos nessa luta, arriscando nossa vida, a gente nunca morre, nós passamos e vamos sempre existir.

Num encontro desse eu posso ensinar umas coisas, mas eu aprendo muito mais. Eu me manifesto com as coisas que alguém já falou e eu me seguro. Não é coisa que eu levei, mas coisa que eu vi lá. Achei e peguei. Se eu escrever num pedaço de papel pra falar eu vou levar uma vaia da merda. Eu tenho que falar do que aprendo e tô aprendendo. Fiquei muito admirado com os jovens e adultos lá, muita coisa ficou na minha cabeça. Foi uma experiência muito boa.

Aquele rapaz que é advogado, o Iriomar, é bom. Rapaz simples, gosto muito dele apesar de a gente ainda não ter conversado muito. Os Fóruns e Redes é o único movimento que tá mexendo com o povo hoje porque a própria Igreja e as CEBs deu uma ré doida”.

Senhor Justo Evangelista ainda participou de vários encontros em 2018 e 2019 do movimento que lhe concedeu este título, e sempre será aquele que é aguardado com ansiedade, para se ouvir as inspiradoras experiências de vida.

Justo Evangelista! Doutor Popular e Herói do Povo!

“Aquele que não vive para servir, não serve para viver!” (Justo Evangelista).



Zé Simão e Seu Justo



Iriomar Teixeira e Seu Justo







FONTES DE PESQUISA

RELATÓRIO DO ENCONTRO ESTADUAL DO MOVIMENTO SOCIAL FÓRUMS E REDES DE CIDADANIA DO MARANHÃO DE 2017 EM SANTA MARIA - URBANO SANTOS, MA

ENTREVISTA DE JUSTO EVANGELISTA AO MOVIMENTO SOCIAL FÓRUMS E REDES DE CIDADANIA DO MARANHÃO CONCEDIDA EM ABRIL DE 2019.



Esposa e filhas e filho. Fonte: Arquivo da família.

